



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 104ª
(CENTÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 100ª Sessão Ordinária;
- Ata da 101ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 103ª Sessão Ordinária;
- Ata da 32ª Sessão Extraordinária.

Nós cumprimentamos os moradores do Inkra 8 que se fazem presentes aqui hoje, trazidos pelo grande Deputado Juarezão. Já de antemão quero dizer que a aprovação do Projeto de Lei nº 675 tem total apoio meu, mesmo porque já fui morador do Inkra 8 por algum tempo. Espero que realmente seja regularizada a situação ali no Inkra 8.

Procuradores do Distrito Federal, sejam também bem-vindos a esta Casa, mais uma vez. E, é claro, contem com o meu apoio.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inversão de pauta para o Item nº 176, que trata do Projeto de Lei nº 675, referente à área do Inkra 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação de V.Exa. Vamos fazer a inversão da pauta em atendimento ao pleito de V.Exa., que representa tão bem a nossa comunidade de Brazlândia, do Inkra 8 e da região como um todo.

DEPUTADO JUAREZÃO – Muito obrigado. Vamos convidar V.Exa. para voltar a morar no Inkra 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – É só me convidar para ir ao Inkra 8 comer uma galinha caipira em Brazlândia que irei. Minha família quase toda ainda mora no Inkra 8.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de parabenizar o nobre Deputado Juarezão por trazer vocês que estão com esse projeto de regularização. Sei do prestígio e da importância que o Deputado Juarezão tem na comunidade não só de Brazlândia como também dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Incras. Quero dizer, antes de começar o meu pronunciamento, que o Deputado Agaciel Maia vota com vocês.

Quero dar conhecimento aos nobres Deputados que hoje tivemos uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e votamos dois projetos específicos: um foi o da liquidação da SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília –; e o outro foi o da elevação do ICMS dos cartórios, de 2% para 5%.

Quero destacar aqui, com a presença do Deputado Wasny de Roure, a questão de ordem e o alerta feitos à comissão. Por isso vou pedir o aparte de V.Exa., Deputado Wasny de Roure, para que seja levada a conhecimento do plenário a questão levantada no que diz respeito à quase impossibilidade de realização de determinados investimentos constantes do Fundo Constitucional – V.Exa. abordou isso hoje na comissão. Que seja feito um alerta ao governo – estou usando a tribuna, mas espero que V.Exa., que tem mais informação detalhada, possa fazê-lo – a respeito da necessidade de o governo solicitar o remanejamento desses recursos para que não os percamos – na realidade, em torno de 150 milhões. Esse dinheiro pode ser devolvido à União.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, agradeço a V.Exa. a oportunidade de aditar as suas palavras como Presidente da comissão que também integro.

Quero inicialmente cumprimentar a população do Incra 8 e o meu colega Deputado Juarezão, por essa brilhante vitória, que é uma luta antiga, pois hoje já temos em mãos um projeto que transfere a gestão do Incra 8 para o Governo do Distrito Federal por meio da SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação. Então, é uma grande vitória! Parabéns, Deputado Juarezão, conte conosco, estaremos ombreado com V.Exa. esse magnífico projeto. Conheço um pouco daquela realidade dura e dificultosa que os moradores enfrentam.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. levanta essa questão de maneira bastante oportuna porque já estamos em meados de novembro e o ano se encerra no dia 31 de dezembro. O ano, para efeito de empenhos, remanejamentos, está quase expirando. Nós fizemos esse alerta e V.Exa. faz agora aqui no plenário desta Casa. O motivo principal é que o montante é significativo e haverá a perda desse dinheiro se não for transferido do Governo Federal para o Governo do Distrito Federal. Isso depende do prévio empenho dele. Como nós entendemos que alguns desses recursos depreendem de projeto do Executivo, de empenho e outras coisas, o Governo do Distrito Federal corre um altíssimo risco se não fizer a solicitação o mais rápido possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Segundo informações muito precárias, parece que o Governo Federal, no início de dezembro, deverá fazer um último remanejamento para efeito de pessoal. Para outra coisa não tem nem mais possibilidade. Para pessoal, parece que ainda há uma última janela na primeira semana de dezembro. Só que há toda uma tramitação. V.Exa. trabalhou, é aposentado do Senado Federal e sabe que esses processos são demorados. É bem verdade que, se puder fazer na forma de decreto, é uma coisa, e na forma de projeto de lei será ainda mais demorado. Então, o governo, na área de segurança como um todo, pode resgatar aproximadamente 150 milhões de reais, um pouco mais, um pouco menos, vai depender dos últimos empenhos que o governo tiver condições de fazer.

Portanto, fizemos esse alerta na forma de ofício para o Sr. Governador, mas espero que a Câmara Legislativa, por meio de V.Exa., como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, possa alertar com a veemência necessária, principalmente quem está preocupado com recursos e eventuais perdas, principalmente do Fundo Constitucional para o próximo ano. Então, o governo tem de entrar no campo da política para também ajudar a resolver esse problema, e aí é só o Governador quem tem a delegação da população do Distrito Federal.

Governador Rollemberg, não perca o dinheiro do Fundo Constitucional! Esta é a mensagem que temos a dizer ao nosso Governador.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Quero agradecer ao Deputado Wasny de Roure, em especial pela assessoria de V.Exa., que faz o acompanhamento da execução do dinheiro do Fundo Constitucional e faz esse alerta ao governo. O governo traz projetos e comemora vitórias ao arrecadar 9 milhões de reais, mas tem 150 milhões de reais que podem ser transformados em recursos para pessoal, e que não vai dar tempo de ser utilizado do Fundo Constitucional, principalmente custeio, para que possa fortalecer as dotações com pessoal e não sofra solução de continuidade, principalmente porque existe uma série de reivindicações e muitas das obrigações com pessoal, como reajustes e outras vantagens que não estão sendo pagas.

Portanto, quero fazer um apelo à assessoria de articulação do Sr. Governador que se encontra em plenário para alertar o Governador no sentido de que, se não puder fazer por decreto por se tratar de dotação da União, terá que ser feito um processo mais longo. O governo tem que solicitar à Presidência da República que mande uma mensagem à Câmara dos Deputados, para que a Câmara transforme essa mensagem em projeto de lei, o qual depois vai à Comissão Mista de Orçamento. Depois de aprovada na comissão, vai à aprovação do Plenário do Congresso, pelas duas Casas, para depois voltar à sanção da Presidente.

Então, é muito pouco tempo para uma tramitação longa. Se esse remanejamento pudesse ser feito por decreto – depende de uma proporcionalidade que há entre o montante geral e o valor a ser remanejado –, isso poderia simplificar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

bastante; mas, caso contrário, há necessidade de o governo tomar essa iniciativa urgente.

Eu quero enaltecer o papel brilhante que faz o Deputado Wasny de Roure no acompanhamento dessas despesas. Espero que o governo faça esse remanejamento em caráter de emergência para que a gente não venha a devolver esses recursos que tanto o GDF está precisando.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, meus nobres amigos procuradores, pessoal do Incra 8, aqueles que aqui trabalham, pessoal da imprensa, estamos caminhando para o final de mais um ano e, sempre que chegamos ao final do ano, queremos fazer uma reflexão daquilo que foi feito e do que deixou de se fazer. E não é diferente aqui também na Câmara Legislativa.

Eu gostaria de rapidamente falar de alguns acertos e alguns desacertos que eu entendo que o governo tem praticado. Algumas dessas coisas logicamente inquietam meu coração e, com toda certeza, o de todos nós que aqui nos encontramos. Pelo menos, dois pontos eu gostaria de trazer aqui à reflexão. Algumas ações são positivas ou negativas, e a sociedade daqui do Distrito Federal quer dias melhores. Todos nós queremos, a população que eu represento, meus eleitores, assim como toda a população do Distrito Federal.

Eu gostaria de começar dizendo que o ano de 2015 começou cheio de muitas esperanças, imaginando que as crises advindas dos últimos anos, dos últimos governos ficariam para trás. Olharíamos para frente e não ficaríamos presos ao passado. Foi ledor engano! Passamos o ano olhando para trás e, mais uma vez, vítimas de um passado que está mais presente do que o próprio presente. Acorrentados por ações de um governo que passou e deste que, infelizmente, ainda não mostrou a que veio.

Como Parlamentar independente, faço aqui uma pequena demonstração de algumas ações que o Governador, enquanto gestor desta Capital, cuidou de fazer e que, na minha simples opinião, gerou resultados positivos e negativos ou, simplesmente, resultado nenhum. Devo dizer que o faço distante de qualquer paixão, pois o meu maior interesse é ver esta cidade olhar para frente, crescer e voltar a se tornar o referencial, como sempre foi, em muitas áreas em que fomos referência para o Brasil inteiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Dito isso, começo pelos erros. O primeiro erro: os conselheiros de plantão do Governador induziram-no a erro, ao não dialogar com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, sob a desculpa de trazer à baila um modelo de governança diferenciado. O resultado é o que ainda hoje estamos vendo. Quase um ano se passou, e o Governador ainda não tem uma base consolidada nesta Casa. Não porque os deputados não queiram, mas porque o modelo adotado pelo Governador não se mostrou eficaz, não se mostrou eficiente, basta ver pelos próprios procuradores e auditores. O governo manda para cá projetos sem conversar e chegar a uma conclusão, chegar a um acordo entre os seus próprios servidores.

O segundo erro: o Governador opta por colocar em seu governo gente muito bem preparada academicamente, porém sua vivência prática é quase nenhuma. E quem está sofrendo com isso é a população do Distrito Federal.

O terceiro erro, do meu ponto de vista: o Governador envia a esta Casa, logo no início de seu governo, um pacote de projetos sem conversar com os Deputados, o famoso pacote das maldades. Aprovamos aqui, inclusive, uma tal de ARO – Antecipação da Receita Orçamentária. Nem sei por que nós aprovamos isso, que não trouxe resultado prático nenhum. O resultado foi que a maioria desses projetos sequer se sustentou.

O quarto erro, no meu ponto de vista, é que assim que começou a CPI dos Transportes, da qual sou Presidente – nós chegamos a várias conclusões, o governo inclusive tem dados sobre isso –, o modelo adotado até hoje não traz benefício nenhum, a não ser prejuízos ao erário. A população está entristecida, já que conseguiram piorar o que já era ruim no transporte público do Distrito Federal. Eu espero verdadeiramente que o governo não continue enviando a esta Casa pedidos de suplementação para pagar a famigerada tarifa técnica.

O quinto erro é: assim que começou a onda de greve das diversas classes de servidores – parte dessas classes é de cunho estratégico para o funcionamento mínimo do estado –, penso que o governador errou ao não implementar imediatamente um gabinete de crise, a fim de dar mais celeridade ao processo. Era o mínimo a ser feito, fora a questão de escusar-se do processo. O resultado foi praticamente um mês de greve por parte de várias categorias, e algumas delas ainda estão em greve. Espero, para o bem do governo, para o bem do Distrito Federal, que as coisas de fato caminhem bem.

Como eu disse no início deste discurso, em tudo há dois lados, e este governo, na minha avaliação, também está tendo acertos. O Deputado Raimundo Ribeiro hoje está um pouco apimentado, e eu acho que vai concordar com a maioria das coisas que estou dizendo aqui hoje. Houve acertos também. Quando o governo percebeu, logo no início da sua gestão, que não haveria recursos suficientes para arcar com todas as demandas financeiras advindas de pagamentos de salários para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

os servidores – temos de dar a César o que é de César –, o governador pode até ter errado na dose em relação aos problemas, mas tentou agir de forma rápida.

E depois, em segundo lugar, com a frente do setor produtivo, ouviu parte do clamor que ressoou nesta Casa e enviou o PL 187/2015, que trata do Refis-DF, instituindo o programa de incentivo à regularização do DF. Também enviou projeto de lei que simplifica o licenciamento das atividades econômicas, e o resultado está sendo a facilitação para que nossa economia, que já enfrenta grandes dificuldades, as tenha em menor grau possível para o seu funcionamento.

Ainda tem um longo caminho pela frente, quando se trata do setor que faz grande parte da economia da nossa cidade girar. Eu quero que não pare por aí. Que venham mais ações e incentivos para que nosso setor produtivo cresça e verdadeiramente apareça.

Eu poderia falar sobre outros acertos, mas quero parar por aqui. Acredito que o governador não pode ter apenas boas intenções – porque de boas intenções o inferno está cheio –, mas de fato apresente medidas que tirem Brasília da crise. Nosso apoio aqui nesta Casa nós temos prestado, muitas vezes abrindo mão de algumas convicções para que Brasília não venha parar.

Enfim, eu poderia passar o restante desta sessão falando sobre erros e acertos deste governo, mas o que de fato eu desejo é que Brasília volte a caminhar, as coisas voltem a acontecer, a geração de emprego e renda volte a crescer na nossa cidade, a população seja ouvida e de fato o Governador Rodrigo Rollemberg governe bem esta cidade, para que todos nós venhamos ganhar com isso.

Era isso, Deputado Rodrigo Delmasso, que eu gostaria de dizer. Fica aqui, mais uma vez, meu apelo para todos os Deputados, irmanados no pensamento do bem de Brasília, votarem aquilo que é bom e rejeitarem qualquer tipo de aumento de impostos, porque a carga tributária já é alta e a população não aguenta mais isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, antes de mais nada quero prestar minha solidariedade e apoio aos procuradores que aqui se encontram. Quero também prestar solidariedade e apoio aos moradores do Inca 8, que pedem a aprovação do PL nº 675. Parabêniso o Deputado Juarezão por ter lutado nesta Casa para que o Poder Executivo enviasse esse projeto à Câmara Legislativa. Quero citar a presença dos auditores da Secretaria de Fazenda, que têm uma causa justa, batalhando pela valorização de sua categoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Hoje venho a esta tribuna usar a palavra, Deputado Bispo Renato Andrade – agradeço V.Exa. por ceder este assunto a este humilde Parlamentar –, para dizer que, no próximo dia 30, estaremos comemorando o Dia do Evangélico, fruto de um projeto aprovado nesta Casa, inclusive como feriado, por entender que esse segmento atualmente representa hoje, Deputado Prof. Reginaldo Veras, no Distrito Federal, 49% da população.

Quero aqui, de antemão, parabenizar a Rede Globo de Televisão, que numa atitude muito bacana vai realizar o Festival Promessas, do dia 29 para o dia 30 de novembro, na Capital da República.

Mas algo me deixa entristecido. Desde a criação do Dia do Evangélico até hoje, é a primeira vez que o Governo do Distrito Federal, por meio de suas estatais, ou até mesmo por meio da Secretaria de Cultura, vai deixar de apoiar um evento de grande magnitude como esse. Nós não entendemos. Obviamente não queremos que sejam vetados outros eventos, mas primeiramente existiu, sim, apoio a eventos realizados este ano. Inclusive, no mesmo Dia do Evangélico, vai ter um evento, o Porão do Rock, que está sendo realizado com dinheiro público, recursos públicos. Este ano o GDF já apoiou a Via Sacra, a Parada LGBT, o próprio Porão do Rock, que vai acontecer no dia 30.

Minha pergunta é: por que o Secretário de Cultura não se sensibilizou a apoiar um evento que, nacionalmente, inclusive teve lei sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, que considera o gospel como expressão cultural? O Secretário de Cultura, na minha avaliação, age com discriminação, apoiando outros segmentos da sociedade e deixando o segmento que representa 49% da população do Distrito Federal sem apoio. Está discriminando na apresentação de seus projetos, Deputado Rafael Prudente.

Os produtores do segmento gospel, quando vão à Secretaria de Cultura, recebem um não, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Mas quando outros produtores de outros segmentos chegam lá, conseguem apoio estatal. Será que isso é discriminação? Por que será? Será que é não apoiar, ou simplesmente fechar os olhos para uma expressão cultural que é reconhecida por lei? Lei sancionada, repito, pela Presidente Dilma Rousseff. Esse projeto de autoria do ex-Deputado Federal Bispo Robson Rodovalho, que colocou o gospel como expressão cultural do Brasil, foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Eu me faço uma pergunta. Para nós, a justificativa, Deputada Luzia de Paula, é a crise. Mas para o Porão do Rock, a justificativa é que é uma atividade cultural na qual podem, sim, ser empenhados mais de 1 milhão de reais para a sua realização. Não estou aqui dizendo que não se deva fazer, ou não se apoiem eventos dessa magnitude. O que estou pedindo é que o Secretário de Cultura respeite o segmento que representa 49% da população do Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia. Que o Secretário de Cultura respeite um segmento que expressa, sim, seus valores e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

princípios por meio da cultura. E não é somente com *show*, não. Temos produções musicais, fazemos teatro, fazemos cinema. E a minha pergunta é: por que esse segmento sempre foi excluído? Aliás, por que este secretário está excluindo o segmento gospel da cultura do Distrito Federal? Será que ele não respeita a população, que tem seus princípios e seus valores e que usa a cultura para expressá-los?

Então, eu quero aqui pedir, estou fazendo um requerimento para convocar o Secretário de Cultura nesta Casa para que ele possa dar explicações do porquê dessa exclusão. Porque a justificativa para nós, do segmento gospel, é que a crise está tão grande que não pode se ter o apoio. Mas, para outros, Deputado Raimundo Ribeiro, o Estado estende a mão prontamente. Para nós, ele as recolhe, mas, para outros, estende independentemente daquilo e de qual é o propósito do evento. Nós não podemos aceitar, independentemente do credo religioso, a discriminação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Acho que V.Exa. tem razão. Há uma grande dificuldade ainda, que não é de hoje, é uma coisa histórica, secular: geralmente as pessoas, quando sentam na cadeira, confundem sua formação pessoal, seus gostos pessoais com a função, com as atribuições precípuas que tem um secretário. Ele não pode fazer segregação. Ele pode até dizer que não gosta de música gospel, o que é difícil, porque existe muita música bonita hoje e é uma atividade cultural muito forte. Mas ele não pode, simplesmente, fazer segregação. Ele, pessoa física, pode não ir assistir a um *show* gospel, mas ele não pode, como secretário e como representante do governo, fazer essa exclusão.

Eu quero dizer a V.Exa. – e V.Exa. está numa comissão fundamental, que é a de fiscalização – que esse tipo de segregação não pode ser feita. Eu acho que nem precisa convocar, e o Governador Rollemberg, com certeza, não concorda com isso. Eu acho que o Governador, que tem aqui a sua assessoria, tem que ligar para o Secretário de Cultura e dizer: você pode não gostar de música gospel, mas você não pode ignorar que esse segmento hoje é um segmento muito forte e que grande parte, a grande maioria da população gosta desse segmento e desse tipo de música. Então, a música gospel hoje é uma realidade, é cultura na cidade. Então, secretário nenhum pode fazer essa segregação.

V.Exa., Deputado Rodrigo Delmasso, tem toda razão ao fazer esse pronunciamento. Eu quero parabenizá-lo por sua posição.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, nos últimos seis meses, a Secretaria de Cultura promoveu os chamados diálogos culturais, em que o segmento debateu o futuro da cultura no Distrito Federal. Isso vai ser a base para o Plano Distrital de Cultura, que, em breve, deve ser encaminhado a esta Casa.

Eu, ainda que não goste de música gospel – e não gosto nenhum pouco, gosto muito de rock –, defendi que o gospel seja incluído como movimento cultural, porque é uma expressão cultural. Veja que, como disse o Deputado Agaciel Maia, eu não tenho o menor apreço pelo ritmo, mas entendo que é uma manifestação cultural da cidade e que, se depender de mim, estará presente no Plano Distrital de Cultura, que nós apreciaremos, em breve, na nossa Casa.

Então, parabéns pelo pronunciamento de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Com essa informação que V.Exa. me dá, mais uma vez, eu me espanto, porque o segmento evangélico não foi chamado para esse diálogo, não foi convocado para esse diálogo. Na realidade, o diálogo, quando somente uma pessoa fala, não é diálogo, é monólogo. Um segmento que representa 49% da sociedade do Distrito Federal sequer foi chamado pelo Secretário de Cultura para elaboração do Plano Distrital de Cultura. Agradeço a V.Exa. pela sensibilidade que tem, como presidente de uma comissão que discute a cultura nesta Casa, ao incluir o gospel.

V.Exa. pode ter certeza de que eu e os Deputados da Frente Parlamentar Evangélica, todos nós, vamos batalhar não só para incluir, mas para que o segmento gospel venha a ser valorizado nessa cidade. Por quê? Nos nossos eventos, nós não promovemos as drogas, não há sequer um ato de violência. Pode pegar o histórico na inteligência da Polícia Civil, na inteligência da Polícia Militar: não existe nenhuma ocorrência de violência nos eventos promovidos pelo segmento gospel.

Então, registro aqui o meu repúdio a essa atitude do Secretário de Cultura. E tenho certeza, Deputado Agaciel Maia, de que o Governador do Distrito Federal não segrega, até porque ele fez o compromisso, na época da sua eleição, com o segmento evangélico de que iria dar, no mínimo, o mesmo tratamento que o governo anterior deu a esse segmento aqui no Distrito Federal. No governo anterior, o segmento evangélico foi prestigiado, nós tínhamos dois secretários de Estado. Estão aqui o Deputado Bispo Renato Andrade, que foi Secretário de Trabalho, e o Deputado Julio Cesar, que foi Secretário de Esporte. O governo anterior prestigiava. Sim, esse segmento, não só por querer voto, mas por entender que o segmento gospel tem sim uma expressão nesta sociedade.

Então, quero convocar ou convidar o secretário a vir a esta Casa para explicar aos sete Deputados que foram eleitos e que representam esse segmento o porquê dessa segregação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, quero parabenizá-lo por sua fala. Acho que há uma visão equivocada do Governador Rodrigo Rollemberg, mesmo porque a contribuição que o segmento evangélico historicamente, por séculos, tem dado à sociedade como um todo em todas as áreas é inquestionável. Há uma cultura própria deles, que é a música gospel, o teatro, enfim, uma variedade de assuntos. Não tenho dúvida nenhuma.

Fica aqui também o meu repúdio ao Governador por incentivar algumas áreas da cultura e outras não. Não queremos nada, não queremos dinheiro do governo, não queremos privilégios, não queremos tratamento diferenciado, queremos um tratamento igualitário para todos. Se há o Porão do Rock, se há a Via Sacra de Planaltina, que haja também o Dia do Evangélico. Espero que o Governador corrija isso para, no ano que vem, dar sustentação a essa cultura. Ela não morreu e não vai morrer, com absoluta certeza. Não queremos trazer custo para se fazer isso, mas, se dá para um, dê para todos.

Então, Deputado Rodrigo Delmasso, conte com o meu apoio. Espero que o Governador possa nos receber para conversarmos sobre esse assunto. Não se pode tratar as pessoas com diferença.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Aqui quero já estender a todos, Deputado Bispo Renato Andrade, o convite para participar de um evento que vamos realizar. No dia 29, às 22h, domingo, estaremos realizando a grande vigília do Dia do Evangélico no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, que vai ser dentro da Festa dos Estados, com o apoio do segmento, sem nada, sem nenhum apoio do GDF. A realização e a organização ficarão por conta do Conselho de Pastores do Distrito Federal. Este é o meu depoimento.

Aqui, mais uma vez, quero expressar o meu repúdio a essa atitude discriminatória do Secretário de Estado de Cultura, que fecha os olhos para o segmento que representa a maioria da sociedade. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Parabenizo o Deputado Rodrigo Delmasso por trazer à baila esse assunto e me solidarizo com S.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar aqui o pessoal do Inkra 8, que está aqui batalhando pelo projeto que faz com que a União repasse as terras



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

ao Distrito Federal e o Distrito Federal faça a sua legalização. Acho que isso é importante. Quero cumprimentar também o pessoal da Procuradoria, os procuradores que estão aqui, bem como os auditores da Receita. Depois vou falar a respeito desse Projeto nº 34.

Antes pretendo falar, mais uma vez, sobre a situação dramática e caótica que vive a saúde do Distrito Federal. Na verdade, assistimos, depois do fim da greve, a mais um final de semana terrível para os usuários do sistema de saúde do Distrito Federal. É gravíssima a situação que eles estão vivendo. Tenho notícia de que continua faltando medicamento e continuam faltando insumos para os exames, a ponto de uma técnica responsável pelo setor, na regional de Taguatinga, tê-los suspenso – segundo ela, aqueles que não são urgentes. Acredito que todo exame é urgente, até para prevenir que uma pessoa venha a contrair uma doença. Eu não sei outra maneira de descobrir por que se está acometido. Não sou médico, mas todo mundo sabe que só por meio de um exame. Não há mais aquele médico que olha e diz: “Você está com tal moléstia.” Tem que haver o exame de sangue. E estão reduzindo em 50%, estão suspendendo por cinquenta dias esses exames.

É realmente uma vergonha isso que está acontecendo no Distrito Federal! Até porque o Fundo de Saúde do Distrito Federal, hoje, tem em caixa mais de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Está aí. Não sei por que o governo não executa e não faz com que as pessoas sejam efetivamente atendidas.

Com relação ao PLC nº 34 – sei que tem muita gente aqui interessada na tramitação dele –, ontem, no Colégio de Líderes, recebemos a Dra. Paola, representando os Procuradores. A Procuradora do Distrito Federal fez uma sustentação do projeto que achei interessante, mas hoje fomos surpreendidos aqui pelos auditores, que têm uma outra posição.

Até onde sei, a Secretaria de Fazenda e a Procuradoria são do Governo do Distrito Federal. Se o Governo do Distrito Federal, o Governador Rollemberg, não tem a capacidade de fazer um entendimento entre os entes que compõem o governo dele, não sou eu que vou resolver essa parada. Portanto, lamento dizer que agora não dá para esse projeto ser votado.

Enquanto o governo não chegar a um entendimento, chamando procuradores e auditores da Fazenda, nós não ficaremos aqui, assistindo a essa queda de braço entre os dois. Eu imaginei que o Governo, ao mandar o projeto, tivesse conversado com todo mundo e que o projeto estava acertado entre os entes que compõem o Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, quero cumprimentar V.Exa. porque, realmente, o governo mandou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

um projeto que até tem uma intenção bastante positiva, que é trabalhar com a dívida ativa e estratificar essa dívida – o que é o imposto direto e o que é o imposto indireto, ou seja, IPTU, IPVA, ICMS – em valores diferenciados, para dar um tratamento de caráter mais administrativo. Mas houve um erro de encaminhamento que está trazendo sérios prejuízos – V.Exa. apontou-o muito bem. Conforme o Subsecretário da Receita me informou na semana passada, é um prejuízo, porque, querendo ou não, a Secretaria de Fazenda lida diuturnamente com projeto dessa natureza, que são os projetos de arrecadação do Estado.

Acho que há um problema no encaminhamento desse assunto, porque, inclusive, eles descartam os tributos de pequena proporção no projeto. Então, essa questão extrajudicial, judicial etc... Agora, creio que o projeto, uma vez calibrado, pode representar um excelente instrumento para o Distrito Federal, mas têm que ser resolvidos os problemas políticos.

Agora, se V.Exa. ainda me der um segundinho, quero dizer que hoje estive no Hospital de Base, especificamente na Unidade de Oncologia, reunido com três médicos, um, inclusive, gerente da unidade, e saí de lá extremamente preocupado. Creio que há uma equipe extremamente séria, competente, comprometida, e eles me disseram: "Wasny, hoje um dos pontos de estrangulamento que temos aqui é a insuficiência de técnicos de enfermagem. Temos deixado de realizar cirurgias de grande proporção por falta de quem vai pegar um fio, uma linha, o instrumentista, ou seja, aquele que faz o manuseio dos instrumentos para o médico fazer a devida cirurgia."

Então, mostram-me que, em coisas pequenas, o governo acaba causando enorme prejuízo para a própria população. Nós ficamos de voltar lá, aonde fomos em nome da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a fim de fazer um relatório para toda esta Casa e pedir apoio naquilo que aquela unidade precisa para, de maneira estratégica, atender à população portadora de câncer na nossa cidade.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Vossa Excelência tem razão, Deputado Wasny de Roure, e eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Inclusive, vou revelar aqui, de público, uma questão que V.Exa., por humildade, não quis revelar: eu acompanho, há alguns anos, o trabalho que é feito pela mãe de V.Exa., com um grupo de senhoras, de assistência aos pacientes portadores de câncer naquele hospital. Algumas vezes V.Exa. me chamou até a casa da sua estimada mãe, para um café, e eu via a maneira que ela voltava daquele hospital, em alguns momentos triste pelo que estava acontecendo, em outros animada pelo conforto que haviam levado às famílias.

A verdade, Deputado Wasny de Roure, é que conversei, na semana passada, com um amigo médico, o Dr. Bailon, que é um grande médico da saúde pública no Distrito Federal, e ele me disse que, infelizmente, temos hoje 680 pacientes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

portadores de câncer que estão na fila da morte. Eles poderão falecer por falta do atendimento necessário. E devo dizer – V.Exa. é testemunha – que a equipe de Oncologia do Hospital de Base é uma das melhores deste país, formada por homens e mulheres realmente comprometidos com a saúde pública no Brasil. V.Exa. precisa ver o amor e a dedicação que eles têm! Falo isso pela minha mãe, que teve um câncer de estômago, foi operada naquele hospital e se curou graças à dedicação daquela equipe. Fico imaginando a dor na alma daqueles profissionais em não poderem dar o atendimento que os pacientes merecem.

Lembro-me da dedicação do Dr. Roland Montenegro, que é um dos maiores cirurgiões deste país, àquele hospital. Ele se aposentou de tristeza, por não poder desenvolver o trabalho que desenvolvia antes.

Portanto, quero fazer um apelo ao Governador Rollemberg, em nome da família desses pacientes que estão no corredor do sofrimento: que ele olhe de verdade para a questão da saúde pública no Distrito Federal. Outro dia eu disse aqui que é muito fácil para quem tem plano de saúde não se importar com a saúde pública. Quem não tem plano de saúde é que sabe a importância que tem a saúde pública no Distrito Federal e no Brasil.

Por último, voltando à questão do Projeto de Lei Complementar nº 34, eu faço um apelo ao governo para que chame os seus entes, ou seja, Secretaria de Fazenda e Procuradoria, e chegue a um entendimento para que a gente vote o projeto. Eu não votarei esse projeto em nenhuma hipótese enquanto ele não chegar a um entendimento. Eu não vou votar uma coisa sobre a qual o próprio governo não se entende.

Portanto, o governo que chame esses setores, chame a Base dele. Nós somos Oposição, mas não fazemos oposição ao Distrito Federal. A gente faz oposição ao governo, não ao Distrito Federal. Tudo o que é bom para o Distrito Federal a gente tem votado aqui. Sei do esforço, reconheço a maneira correta com que a Dra. Paola se portou ontem na reunião. Agora, eu não vou votar um projeto em que o próprio governo não se entende. Deputado Agaciel Maia, eu sei do esforço de V.Exa. e tudo. Agora, se o próprio governo não se entende, não sou eu que vou entrar nessa briga de governo. Creio que é o pensamento da maioria aqui. Eu vejo que o Deputado Rafael Prudente tem a mesma opinião, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. tem razão na argumentação, principalmente nessa falta de entendimento no que diz respeito principalmente ao pessoal da Fazenda que gostaria de participar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Agora, desde o início da tramitação desse processo, principalmente na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a Procuradoria, através da Dra. Paola com a equipe, sempre nos prestou esclarecimentos e, pelo princípio da justiça, eu sei que V.Exa. concorda. Enquanto o governo dispense muita energia e recursos humanos para fazer cobranças insignificativas cujo custo fica muito mais alto do que a utilização das pessoas, nós estamos assistindo a grandes sonegadores que abrem muitos atacadões, casas de construções, passam cinco anos sem recolher os impostos e depois fecham e desaparecem. E o governo não consegue nunca mais recuperar essas dívidas.

Então, a sugestão dada, que já é adotada por muitos estados, inclusive governados pelo próprio partido de V.Exa., é fazer um ajuizamento administrativo de valores abaixo de 5 mil reais e a dispensa abaixo de 350 reais, de maneira que as pessoas possam resolver isso, para que as pessoas especializadas, principalmente os procuradores, que são pessoas altamente qualificadas, estejam focados na sangria que são os grandes sonegadores, em vez de estar correndo atrás de pessoas que deixaram de pagar um IPTU ou um IPVA porque estavam desempregados na época e, portanto, não tinham dinheiro para pagar.

O que nós estamos discutindo que seria mais justo ainda e talvez convencesse V.Exa. a votar seria o argumento da emenda proposta pela Deputada Sandra Faraj, que permite que, nessa cobrança, o pessoal não seja negativado junto ao Serasa, principalmente porque a maioria dessas pequenas despesas decorre exatamente de uma conjuntura de a pessoa estar desempregada ou ter gastado um dinheiro com uma criança no colégio ou com uma doença qualquer e temporariamente estar impedido de fazer esse pagamento. Não seria justo sujar o nome dessas pessoas proibindo-as de ter o seu nome para fazer um crédito, ou a prestação de qualquer móvel ou imóvel comprado.

Então, eu acho o seguinte: se a gente pega as pessoas especializadas, foca nos grandes sonegadores e, ao mesmo tempo, para os pequenos, deixa a cobrança administrativa e sem essa possibilidade de inscrevê-los no Serasa, eu acho que fica um projeto enxuto, justo, que vai ajudar muito o Governo do Distrito Federal, principalmente porque os procuradores vão ficar atrás dos grandes sonegadores e não dos pequenos. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa.

Deputado Agaciel Maia, a tese colocada por V.Exa. é a minha até o ponto em que fala da questão de negativar. Agora mesmo eu estava conversando aqui com um representante empresarial; eu estava dizendo para ele que é engraçado, pois, nas lojas, qualquer um de nós, por mais pobres ou humildes que sejamos, se formos comprar um fogão e atrasarmos as prestações, o pessoal coloca no Serasa. Agora, a tese levantada aqui, Deputado Chico Leite, é como: o Estado não é de ninguém. Ou seja, eu não posso dever para as Casas Bahia, mas eu posso dever ao Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Federal. Eu sou negativado se eu não paguei direito, também por problemas de desemprego e tal, nas Casas Bahia, mas não posso ser negativado no Governo do Distrito Federal. Portanto, eu acho que é uma tese a ser amplamente debatida para que possa ser feita justiça mesmo. Não se pode fazer justiça pela metade. Se pode para a iniciativa privada, também pode para o setor público.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Chico Vigilante, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, essa foi uma discussão que nós levantamos inclusive lá no Colégio de Líderes. Realmente, a analogia é perfeita, porque o setor privado o permite, e nós estamos tentando impedir que no setor público seja permitido. Eu acho que nós temos de inverter a lógica. Ou seja, como o mais justo é o que nós estamos tentando fazer, então, que se proíba também para o setor privado.

O que não pode acontecer é que, às vezes, em razão do poder econômico, algumas empresas negativem o nome de algumas pessoas que, pelas suas próprias limitações, não têm nem para onde correr, principalmente nos dias de hoje, em que, em nome da tecnologia, a gente só consegue falar com uma voz que está do outro lado do telefone que não tem nome, que não tem número e nem uma cara para a gente chegar lá e dar uns tapas. Então, eu acho que essa é a grande dificuldade.

Mas eu quero parabenizá-lo por trazer a lume um assunto dessa estirpe, porque realmente a sociedade está cada vez mais desassistida. O Estado recebeu, e os governos receberam uma Constituição extremamente avançada, como a de 5 de outubro de 1988, que foi apelidada inclusive de Constituição Cidadã, e a população não teve efetivados os direitos que foram insculpidos naquele texto constitucional.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, tem toda razão. Inclusive, eu me questiono até hoje como é que um monstro chamado Serasa – que não é público, é privado – se acha no direito de negativar o meu nome. Não perguntou se eu tinha um parente doente, se eu estava desempregado. Não. Vai lá e negativa. Com todo o respeito que eu tenho pelo empresariado, o empresariado aplaude na hora em que está negativado. Agora, não se podem usar dois pesos e duas medidas. Ou proíbe também o Serasa ou fica o Estado podendo fazer a mesma coisa. Eu acho que o Serasa deveria ser proibido mesmo, Deputado Raimundo Ribeiro. Ainda chegará o dia em que o Serasa será proibido no Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Parabenizo o Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Raimundo Ribeiro, houve uma discussão no Colégio de Líderes de que votaríamos alguns projetos hoje e outros na próxima terça. Nós temos na pauta dois créditos cujas votações são importantes hoje, principalmente o Projeto nº 727, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que abre um crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de 24 milhões, e o Projeto de Lei nº 728, de autoria do Poder Executivo, que abre um crédito suplementar no valor de 18 milhões, 363 mil reais. Isso foi matéria pacífica entre os Líderes na reunião de ontem à tarde.

Nós temos ainda, na pauta, dependendo exatamente do andamento dessa sessão – e eu peço a sua inclusão –, a discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34, de autoria do Poder Executivo – foi desse que nós fizemos a discussão –, que dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais e regula a inscrição e a cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal. A princípio, ontem – agora temos informações novas do Deputado Chico Vigilante –, o entendimento do Colégio de Líderes foi que, se esse projeto fosse votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça, nós o votaríamos aqui. E foi votado.

Temos também a discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 694, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 4.220, de 9 de outubro de 2008, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. É a tributação em cima de lanchas, de bens considerados de luxo, para criar um fundo de combate à pobreza, no sentido tanto de fazer a qualificação profissional de jovens carentes, como também de ajudar no que diz respeito à assistência. Houve o entendimento de que votaríamos também esse projeto.

Por último, Sr. Presidente, teremos discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 744, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 1º da Lei nº 3.269, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece um aumento na alíquota do ISS sobre as despesas de cartório. Também ficou de se fazer um entendimento se conseguiríamos votar hoje ou na terça-feira. Essa matéria também já foi submetida às comissões. Está pronta para ser votada. Vai depender exatamente desse entendimento.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Essa matéria ficaria para terça-feira, tendo em vista que a Deputada Sandra Faraj disse que não passou na Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Portanto, são poucos itens, mais os projetos de lei de autoria dos Deputados que foram votados em primeiro turno e precisam ser votados em segundo turno. Ficou o acordo para que cada Deputado escolhesse dois projetos no sentido de desafogarmos essa pauta, para não chegarmos ao último dia do ano, quando ainda vamos ter que votar PPA e o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2016, e ficarmos aqui até 3h, 4h da manhã.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – E o que V.Exa. propõe?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Que esses projetos que tramitaram em todas as comissões sejam votados hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero corroborar o que o Deputado Agaciel Maia disse e lembrar o entendimento de ontem do Colégio de Líderes. A primeira atenção é com os projetos de lei que tramitaram nas comissões. Inclusive havia vários projetos que careciam de passar na Comissão de Constituição e Justiça. O segundo critério é o que foi acordado no Colégio de Líderes.

Eu peço a V.Exa. que siga estritamente o que foi acordado ontem no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que inclua na pauta de votação o requerimento que está aqui e foi protocolado agora há pouco, que requer a realização de sessão solene no dia 23 de novembro de 2015 para o lançamento da Frente Parlamentar de Relações Internacionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato o pedido de V.Exa., mas, antes disso, vou pedir à Mesa que traga o requerimento para que a gente faça a leitura.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADA SANDRA FARAJ (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos presentes. Hoje, conforme pauta já mencionada aqui, provavelmente nós votaremos o Projeto de Lei Complementar nº 34, de 2015, que “dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais e regula a inscrição e cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal”.

Eu queria aproveitar esse momento dos Comunicados de Líderes para pedir aos Deputados presentes a sensibilidade para a aprovação de uma emenda de minha autoria que fala sobre a questão da execução fiscal dos contribuintes que tiverem débito com impostos. Além da execução fiscal, menciona-se no projeto a negativação dos contribuintes nos instrumentos de proteção ao crédito, como Serasa e SPC – Serviço de Proteção ao Crédito.

Eu queria pedir sensibilidade aos Deputados aqui presentes – que irão começar a votação daqui a pouco – pela aprovação da Emenda Modificativa nº 3, que exclui essa possibilidade da negativação do contribuinte, Deputado Lira, porque o contribuinte já tem sido muito achacado com vários tributos, várias multas, com muita dificuldade. Se ainda tiver o nome negativado no Serasa, caso esse contribuinte tenha que comprar uma geladeira, ele não vai mais poder comprá-la, talvez por um imposto que ele nem saiba que existe. Eu sei que todos têm que pagar, têm que saber dos débitos, Deputado Wasny de Roure, mas existem outras ferramentas, como, por exemplo, a instrumentalização da câmara de mediação, que já poderia estar funcionando.

Então, eu queria fazer um apelo aos Deputados para que a gente realmente aprove essa Emenda nº 3, que diz que os órgãos responsáveis pela cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal poderão realizar os atos que viabilizem a satisfação amigável de créditos inscritos, mediante câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos envolvendo a Administração Pública, vedada a inclusão de contribuintes devedores nos órgãos de proteção ao crédito SPC e Serasa.

Deputado Rafael Prudente, o contribuinte já está muito penalizado. São muitos impostos, os empregos estão difíceis, o mercado está difícil. Se nós não tivermos a sensibilidade de proteger as pessoas para que continuem vivendo e possam ter crédito, possam ter o nome limpo – que é o maior patrimônio do cidadão –, vai ficar mais difícil ainda, Deputado Juarezão. Então, eu quero pedir a sensibilidade dos Deputados para que a gente aprove a Emenda Modificativa nº 3 ao Projeto de Lei Complementar nº 34, de 2015.

Aproveito esse momento também para cumprimentar a galeria. Sei que há aqui procuradores, auditores, representantes do Incra 8.

Também está em pauta o projeto referente ao Incra 8, sobre a doação das áreas da União ao Distrito Federal. Eu fiz uma emenda que tem o objetivo de assegurar que as disposições contidas na Lei Distrital nº 4.996, de 2012, sejam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

aplicadas ao núcleo urbano Incra 8, afastando qualquer interpretação porventura divergente que possa causar prejuízo aos legítimos ocupantes. Essa emenda visa a assegurar o direito dos legítimos ocupantes dessa região para que os moradores atuais sejam realmente preservados nessa nova doação que vai beneficiá-los. Muito obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Parabenizo a Deputada Sandra Faraj.

Está prevista a fala do Deputado Julio Cesar, Líder do Governo. S.Exa. está presente? (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero corrigir o que pedi sobre a frente parlamentar. Na verdade, eu estou requisitando a V.Exa. que seja lido em plenário o requerimento que fala da solenidade da frente parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito. Ele tem que ser lido aqui pela Mesa.

DEPUTADO LIRA – Exatamente. E neste momento eu quero pedir a V.Exa. que seja votado na Casa o Requerimento nº 1.227, que requer a realização de audiência pública para debater alternativas que possam ser adotadas pelo governo para acelerar o processo de regularização fundiária do Buritinho em Sobradinho II.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Lira, acato a questão de Ordem de V.Exa. Vamos fazer a leitura aqui na Mesa.

Depois da fala do Deputado Rodrigo Delmasso, eu gostaria de convidar S.Exa., Deputado Rodrigo Delmasso, para secretariar os trabalhos.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Com certeza, Sr. Presidente, o convite de V.Exa. não é um convite, é uma convocação. Antes, porém, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Solicito a V.Exa. que faça a leitura e coloque na Ordem do Dia de hoje uma moção que acabei de protocolar, que manifesta votos de louvor ao Sr. Ezequias Heringer, que foi um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

grande biólogo e, inclusive, dá o nome ao Parque Ecológico Ezequias Heringer, que é o parque do Guará.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.

Encerrado os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Antes, quero pedir à Deputada Liliane Roriz, Vice-Presidente desta Casa, que assumira a presidência, porque o Primeiro Secretário terá que se ausentar. (Pausa.)

Passo a Presidência ao Deputado Rodrigo Delmasso, enquanto a Deputada Liliane Roriz conclui ali o seu colóquio.

(Assume a Presidência Deputado Rodrigo Delmasso.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que estão aqui neste plenário, venho aqui, novamente – parece até uma coisa meio burocrática e repetitiva –, falar de um tema chamado burocracia.

Antes disso, quero saudar meus colegas advogados, membros da Procuradoria do Distrito Federal, que estão aqui emprestando brilho maior a esta Casa. Quero comunicar, inclusive, que hoje de manhã tive a oportunidade de conversar com o Dr. Ibaneis, que me ligou – atual Presidente – e, também, com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Presidente eleito, Dr. Juliano Costa Couto, no sentido de que pudéssemos nos empenhar no projeto de interesse da categoria.

Quero também cumprimentar os auditores da Secretaria de Fazenda que aqui se fazem presentes, também emprestando brilho. Quero cumprimentar, inclusive em nome do Deputado Juarezão, os moradores do Incra 8. Somos testemunhas, o Deputado Juarezão não permitiu que sossegássemos enquanto não tivéssemos tido a oportunidade de aprovar no âmbito da CCJ o projeto que trouxe vocês até aqui.

Eu gostaria de falar, quando falei na questão da burocracia, e trazer uma experiência pessoal que se estende para todos nós aqui, que é a questão da burocracia que, como todos sabemos, fragiliza a eficiência do serviço público.

Hoje, especificamente, vou falar da questão de cartórios, do sistema de cartórios. No sábado à noite, em razão do falecimento de um parente, fui ao hospital buscar um encaminhamento até o cartório, um documento que comunicava ao cartório o falecimento da pessoa. Mas o cartório estava fechado, ele não tem plantão. Já era noite de sábado, então o cartório, possivelmente por imaginar que as pessoas não morrem no sábado à noite, estava de portas fechadas. E abriu apenas às 9h da manhã.

Apesar de existir uma lei que estabelece que todo cidadão só deve ficar no máximo trinta minutos em espera – no máximo, não é mínimo não, é máximo, trinta minutos –, eu passei no cartório duas horas e meia! O cartório que se localiza ali no IML, é uma extensão do cartório do Núcleo Bandeirante. Ao entregar para a funcionária o documento, que é um documento padrão, uma folha deste tamanho com um monte de informações, ela constatou que o médico, talvez na pressa, havia esquecido de dizer qual era a cor do extinto e com isso ela não poderia fazer o registro, Deputado Chico Vigilante.

Ela não poderia fazer o registro! A pessoa estava morta, mas, como não tinha a cor, não havia sido assinalado pelo médico, ela só poderia fazer se eu retornasse ao hospital, encontrasse o médico, e o médico se lembrasse e marcasse um x e ainda fizesse uma ressalva de que estava marcando x a destempo porque se esqueceu. Bem, obediente como sou, fiz. Peguei meu carro, fui ao hospital, encontrei um médico substituto, porque o outro já tinha saído do plantão, e o outro, além de marcar o x, que é importantíssimo na história da burocracia brasileira, fez duas ressalvas: uma, que estava ressaltando a situação e outra que ele era o médico substituto. Aí, retornei ao cartório.

Ao retornar ao cartório, a moça me falou que realmente agora estava tudo ok e que eu ia conseguir sair de lá com a guia de sepultamento. Veja bem, mas antes cometi uma irregularidade, Deputado Chico Vigilante, e aqui uso esta tribuna para confessar publicamente. Havia outro senhor que estava aguardando também para ser atendido e me perguntou qual era o problema. E eu cometi a inconfidência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

de dizer a ele que o médico não tinha marcado o x. E aí ele foi olhar. No dele o médico também havia se esquecido de marcar o x na cor do extinto. Eu não sei se fiz bem ou mal, viu Deputado Chico Vigilante, mas acho que cometi uma irregularidade diante da máquina administrativa. Eu sugeri a ele que, escondido da moça do cartório, ele fosse ao banheiro e marcasse x com a mesma caneta, para não suscitar dúvida. Fiz isso, confesso publicamente que fiz essa irregularidade. É uma confissão aqui.

Mas por que estou dizendo isso? Colegas Parlamentares, sabemos que, mais cedo ou mais tarde, todos nós passaremos por uma situação como essa. Bem mais tarde. O que se percebe é o seguinte: é o cidadão que sustenta o cartório, que nada é mais do que um local onde apenas se registra; cartório não tem que ficar analisando nada, cartório é um mero anotador. O cartório só funcionava das 9 às 17 horas e só tinha uma funcionária. O que significa dizer que, se alguém aqui morrer, vai ter que esperar bastante, a lei terá que ser desrespeitada pelos cartórios. Por quê? Porque só tem um funcionário em Brasília inteira para fazer a parte burocrática.

Quero chamar a atenção para um dado. Primeiro, pessoal, quando alguém vai ao cartório para tratar desse assunto, já vai extremamente fragilizado pela dor da perda de alguém querido. E aí tem que se submeter a essa série de besteiras que transformam a Administração Pública num câncer carcomido, que acaba com a vida do brasileiro, que financia toda essa festa. E as pessoas assumem, infelizmente algumas, Deputado Chico Vigilante, uma postura como se fossem mais importantes do que o cidadão. Aí eu pergunto, eu tenho carro, eu consegui me transportar do IML para o HFA – Hospital das Forças Armadas: e quem não tem? E quem depende de ônibus para voltar ao hospital? E se a pessoa tivesse morrido no Hospital de Planaltina?

E pior, quando você chega ao cemitério, você tem que agendar o sepultamento até o meio-dia senão não o realiza mais. É uma norma. Que eu saiba, quem normatiza é esta Casa, mas o Poder Executivo insiste em querer normatizar o que não é da sua competência, sob todos os aspectos. Eu não estou falando apenas da competência legal, não, estou falando de competência de conhecimento. Infelizmente, é isso que acontece. Por isso, peço que esta Câmara, principalmente a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, talvez em caráter excepcional, crie uma Frente Parlamentar, alguma coisa assim, para que possamos transmitir um pouco de alívio ao cidadão brasileiro, ao cidadão que todo dia é massacrado pela burocracia, que todo dia é obrigado a encarar a Administração Pública como inimiga, porque essa é a postura da Administração Pública, lamentavelmente. Você chega em qualquer órgão, é uma dificuldade para ser atendido; você chega, nesse caso, lá no cartório, e você tem que se submeter às exigências que são feitas pelo cartório, como se o cartório fosse primo legítimo de Deus. Não é não!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

E algo mais grave ainda, Deputado Chico Vigilante, e já vou encerrar: esse cartório fica nas dependências do IML, ou seja, o sujeito que já está fragilizado pela dor da perda de um ente querido ainda tem o desconforto de ver passar a todo momento pessoas que foram presas, possivelmente pelo cometimento de algum crime, algemadas, colocando em risco inclusive aquelas pessoas que ali estão. Quer dizer, é uma questão de bom senso. Por que não se faz uma escala para que se levem para os presídios os médicos, para que eles possam examinar lá? Deputado Chico Vigilante, eu via, em cada preso que chegava para fazer só aquele exame das mãos, porque não é nada mais que isso, quatro agentes policiais ou penitenciários, carcereiro, não sei o apelido. Vejam o quanto se gasta para cumprir uma exigência legal, que tem que ser cumprida, mas que pode ser cumprida com inteligência. Por que não se coloca o médico para fazer então uma peregrinação nos presídios? O prazo é de 24 horas, então dá tempo de ele passar em todos. Isso, sim, é racionalizar. Racionalizar não é dispensar o que é devido, não é incluir no cadastro de pessoas inadimplentes aqueles que presumivelmente devem alguma coisa. Racionalizar é ter o foco no cidadão e dizer: “o cidadão tem de ser atendido respeitando-se a lei que não admite que se passe de 30 minutos o seu atendimento”.

Fica aqui a nossa sugestão, a nossa proposta, para que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, presidida brilhantemente pelo Deputado Ricardo Vale, crie uma frente parlamentar ou algo parecido para que a população não continue sendo aviltada pelos serviços públicos que deveriam ser prestados e que colocam inúmeras dificuldades para a população usufruir.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer nesta tarde que recebi um controle mensal do restaurante comunitário da Estrutural. Muita gente de outras cidades tem me reclamado que o movimento nos restaurantes caiu pela metade. Então, eu trouxe aqui essas tabelas e quero dizer a V.Exa. que, no dia 3 de setembro, foram vendidas 1.982 refeições. Já no dia 3 de outubro, ou seja, depois do reajuste de 1 real para 3 reais, foram vendidas 426 refeições, ou seja, menos de um quarto. O que concluímos? Que é uma economia desnecessária para o governo, pois afinal de contas ele precisa desenvolver um programa social em que as pessoas têm que matar a fome. Eu gostaria de dizer que a minha indignação é muito grande, porque foi um projeto que nasceu no governo de meu pai, o qual até hoje muitos o chamam de Rorizão, e as pessoas não têm como pagar R\$ 3,00 (três reais), Deputado Wasny de Roure, não tem. Está aqui a prova disso.

Então, eu gostaria que o Sr. Governador, com a sua sensibilidade, reavaliasse isso. Já me coloquei à disposição para ajudar. E não adianta a pessoa que faz parte de um programa social dizer que faz parte do programa social, é de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

baixa renda e tem direito a almoçar por 1 real. As pessoas não querem ser taxadas de pobres, miseráveis. Quando o Rorizão foi feito o objetivo era atender a população trabalhadora, e isso foi muito importante na época. Um exemplo que posso dar para vocês é que uma senhora chamada Dona Felisbina, moradora de Samambaia, tem dois filhos com paralisia cerebral. Todos os dias ela ia ao restaurante Rorizão, como ela fala, e comprava duas refeições que alimentava ela e os dois filhos. Ela não tem como pagar 6 reais, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputada Sandra Faraj e Deputada Telma Rufino. Não tem como pagar. Ela tem que dividir ainda com os dois filhos dela, isso é um absurdo.

Eu gostaria de dizer a vocês que há um projeto de decreto legislativo, o qual quero construir com o Governador para tentar mudar a ideia de S.Exa. de fazer essa economia que não tem sentido. Afinal de contas, estamos vivendo em uma cidade em crise. E o desemprego está aumentando muito. Deputado Ricardo Vale, V.Exa. tem consciência e tem sensibilidade de entender isso. Eu não aceito isso. Tenho certeza de que o Governador Rodrigo Rollemberg, homem sensível como é, irá rever essa postura. Vou levar meu projeto para que ele estude novamente com a equipe econômica dele e esse aumento no restaurante comunitário não permaneça, porque estão aqui os dados de pesquisas da própria Secretaria dizendo o quanto diminuiu.

Eu acho que esta Casa tem responsabilidade com o povo de Brasília, com o trabalhador, e não pode discriminar, de forma alguma, aquelas pessoas que estão na linha da pobreza ou quem quer que seja que não pode comer no restaurante comunitário porque ganha dois, três salários mínimos. Isso não interessa. O que interessa é que nós temos que ajudar, nós somos responsáveis por isso. Eu não quero nunca imaginar que essa mudança não possa ser compartilhada, que o Governador não possa rever a situação desses valores e a gente não possa ajudá-lo a encontrar outras formas para que ele pague as empresas que prestam esse serviço.

Eu quero deixar registrada para os moradores do Inkra 8 a aprovação hoje do Projeto de Lei nº 675/15.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, meus cumprimentos a todos os presentes na Casa na tarde de hoje, terça-feira, e aos moradores do Inkra 8. Nessa luta de ver regularizada a sua situação, a exemplo das glebas rurais cujos respectivos títulos vêm sendo entregues, estão aqui aqueles que moram no núcleo urbano. Para se sentirem mais próximos da realidade deles, esse projeto autoriza o Inkra a fazer a transferência do Governo do Distrito Federal da gestão territorial daquela área, e também para continuar preservando o valor tão relevante para todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

nós, que é o Descoberto, uma vez que a área é lindeira a essa reserva aquífera extremamente relevante para a cidade.

Cumprimento os procuradores, os auditores. Eu tenho convicção que encontraremos uma saída para o projeto de lei, porque interessa à cidade. Isso que é importante. Interessa nós encontrarmos saída para algo vergonhoso para Brasília: ver uma dívida ativa que cresce, dando demonstração da responsabilidade que é do Executivo, do Legislativo e do conjunto de instituições, como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, para que façamos frente àquilo que representam.

Cumprimento a Deputada Liliane Roriz, que foi extremamente sábia. Há pouco, Deputada, alguém me abordava sobre a drástica redução da venda das refeições nos restaurantes comunitários. Com todo o respeito, começou de fato no Governo Roriz aqui no Distrito Federal, mas o primeiro restaurante comunitário foi na cidade de Belo Horizonte, junto à rodoviária, à época feito pelo então prefeito Patrus Ananias.

Sr. Presidente, eu vim aqui fazer umas rápidas considerações, até porque ainda não tenho pleno domínio do Projeto de Lei Complementar nº 738. Nesse projeto, o governo demonstra uma excelente preocupação, mas há um equívoco atrás de outro, Deputado Ricardo Vale. Inclusive, já notifiquei o Sérgio. Em primeiro lugar, ele trata da questão do SAAN, setor da Asa Norte que nós já trouxemos a esta Casa. Foi uma preocupação desde o governo anterior, e vai possibilitar receita para o Distrito Federal, tanto do ponto de vista da transferência de dominialidade para as empresas, de uma média de 30% do tamanho do lote, que é na faixa de 500 metros, como também do aumento do IPTU. Portanto, a Terracap sai bem, os cofres do GDF saem bem, as empresas querem a solução desse problema.

Esse é um projeto de lei complementar, não é um projeto de lei ordinária. Esse projeto tem de ser específico, além da audiência pública que o governo já realizou. Agora o governo cria o fundo garantidor das PPPs, que é algo exigido em uma lei de 2012. Essa lei é extremamente necessária para viabilizar o fundo garantidor das parcerias público-privadas, medida que o governo federal adotou no Congresso Nacional, recepcionando aquilo que alguns países já vêm adotando, que é o investimento no setor público, promovido pela iniciativa privada, em que o Estado vai ressarcindo gradativamente em função da insuficiência de recursos para investimentos.

Sr. Presidente, o que é assustador? Chamo a atenção dos colegas Deputados. É assustador porque o governo, Deputada Luzia de Paula, pega tudo quanto é área disponível, áreas de 40 mil metros, áreas de 50 mil metros, destinadas a equipamentos públicos, outras sem definição, e pede autorização para alienar. Esse fundo precisa de uma lei específica, que no meu modo de entender é uma lei complementar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Em segundo lugar, o governo precisa dar tratamento específico a cada unidade imobiliária dessas. Eu até acho que nesse projeto a SEGETH – Secretaria de Estado da Gestão do Território e Habitação – não foi ouvida, só foi ouvida a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Eu sugiro que o governo ouça os seus urbanistas para aproveitar melhor isso daí, porque é claro que em algumas áreas o governo não tem mais disponibilidade de espaço. Tem de perguntar.

Eu vejo aqui o Hermeto, que é lá da Candangolândia. O governo está colocando uma área gigantesca da Candangolândia para vender. É de interesse da comunidade que se venda aquilo? Aquilo tem alguma outra finalidade? Não tem; aí, cabe ao governo vender. Tem; nesse caso, não dá para vender.

Nós precisamos, Deputada Luzia de Paula, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Chico Leite, que estão na base do governo, sensibilizar o governo do ponto de vista de que é preciso analisar de maneira criteriosa. Brasília é única! Uma vez vendendo aquele espaço público, não há outro espaço. O que está acontecendo no Arapoanga? O que está acontecendo em Vicente Pires, com toda essa política de demolição? É em função das exigências do Ministério Público para as áreas de equipamentos. Eu sei que o momento é importante, o fundo é importante, mas nós temos de ser criteriosos.

Essa questão é de definição dos índices urbanísticos, utilização. Se a área é para uma escola, mas o governo viu que não precisa e ali pode ser um posto de combustível, o índice, a valorização muda de caráter, muda de natureza. Essa definição é fundamental, e para isso nós precisamos de um estudo mais criterioso pela equipe competente que o governo tem de urbanistas na Segeth e em alguns outros órgãos.

Portanto, no que diz respeito ao SAAN, o projeto está perfeito, mudando apenas para a natureza de lei complementar. Mas não pode ser mudado nesta Casa, tem de vir da origem, tem de ser iniciativa do governo. Deputado Rodrigo Delmasso, o governo faz uma avaliação de que somente os oitocentos lotes, Deputado Agaciel Maia, vão produzir uma receita de 200 milhões de reais.

Esse projeto, eu levantei na época do Governador Agnelo, não deram importância para ele. O Governo Rollemberg acolheu a nossa sugestão. Por isso, vai resolver um problema e vai trazer receita para o estado. Portanto, eu creio que algumas mudanças vão nos permitir avançar nesse debate. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os auditores, os procuradores, os moradores do Incra 8. Deputada Liliane Roriz, quero dizer que, na semana passada, eu alertei, desta tribuna, para a situação dos restaurantes comunitários.

O governo, na ânsia de aumentar a sua arrecadação, toma atitudes, na minha avaliação, completamente infelizes que acabam é diminuindo. Realmente os índices são de quase 70% a menos de pessoas comendo nos restaurantes comunitários. Do próprio Zoológico, que ele aumentou as tarifas, o público presente também já diminuiu mais de 50%. Agora ele aumentou o preço do Jardim Botânico.

O governo não tem uma política clara de arrecadação. Ele acha que aumentar tarifa vai aumentar a arrecadação, e, muitas vezes, acontece o contrário, porque ele tira o público desses locais e, evidentemente, diminui a arrecadação do governo.

Quero lamentar profundamente essa situação em que se encontra o GDF. O governo, na ânsia de querer arrecadar, faz tudo errado. Ele deveria escutar um pouco mais os auditores daqui. Ele deveria investir mais em fiscalização e negociação com empresas que devem ao Estado e não ficar jogando uma carga tributária, aumento de imposto, aumento de tarifa para a nossa população. Então, é preciso que o governo reveja urgentemente a sua política de arrecadação, porque ele vai sacrificar a população e diminuir mais ainda as suas receitas.

Era isso que eu queria deixar aqui. Não vou ocupar muito a tribuna, até porque nós temos projetos importantes para votar. Estão aqui os procuradores, os auditores, os moradores do Incra. Eu acho que poderíamos avançar para discutir esses projetos e aprová-los. Depois poderemos continuar esse debate. Lamento profundamente a falta de política de arrecadação do Estado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu protocolei uma moção sobre o Centro de Ensino Médio Integrado de Educação Profissional Técnica do Gama. Eu peço a V.Exa. que, antes do encerramento da sessão de hoje, ela fosse lida, pois é o reconhecimento de um trabalho que vem sendo desenvolvido na cidade do Gama, que deve ser reconhecido e valorizado por esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho importante, dado que já são 17h24min, quase cinco e meia, agilizarmos o processo de votação, senão vai ficar tarde e, como alguns Deputados têm que sair, dificultar-se-á o *quorum*.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós da Rede também fazemos uma solicitação nesse sentido. Há dois projetos do Poder Executivo que passaram na CEOF e na CCJ e há projetos de Parlamentares, de segundo turno. Até indago o Líder Deputado Julio Cesar em relação ao PELO nº 3, de 2015, se vai continuar a vista, para que façamos o debate, que era o meu requerimento. Então, eu peço a V.Exa. que iniciemos a votação, se assim os Líderes entenderem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Havendo acordo dos líderes, com certeza, será incluído na Ordem do Dia.

Consulto os líderes se poderemos votar em bloco os requerimentos e as moções e dar continuidade à votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, havia um entendimento de votarmos três itens específicos, que seriam: o Projeto de Lei nº 727, que trata da destinação de um recurso, de um remanejamento de uma sobra orçamentária do Tribunal de Contas do Distrito Federal para a Secretaria de Saúde; o Projeto de Lei nº 728, cuja matéria está também pacificada, que trata de saldo orçamentário do Tribunal de contas do Distrito Federal que está sendo destinado para a Secretaria de Educação e outros órgãos; o Projeto de Lei Complementar nº 34 de 2015, que trata sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais. Esse projeto ficou pendente, já que, a princípio, nós tínhamos um entendimento, mas vai depender... Houve algumas emendas, algumas inovações.

Há necessidade de haver entendimento. Deputado Chico Vigilante, a Deputada Sandra Faraj está divergindo sobre negatar ou não uma emenda de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Então, há dois projetos juntos com o do Incra 8 que estão pacificados e que V.Exa. pode colocá-los imediatamente assim que começar a Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a questão de ordem do Deputado Agaciel Maia, lembrando que o PLC nº 34, salvo engano, precisa ainda de entendimento entre os líderes por causa de uma divergência quanto a algumas emendas apresentadas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas encaminho aqui, pelo Bloco PTB/PMDB, para fazer as votações dos projetos que foram acordados. Lembrando que há condição do Colégio de Líderes, ou seja, estão aprovados em comissão e aprovados pelo Colégio de Líderes, respeitando esse acordo que foi feito no dia de ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação do Deputado Cristiano Araújo.

Apenas complementando o que V.Exa. disse, existem alguns projetos que já foram votados em primeiro turno, e agora faremos o encerramento da votação em segundo turno.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras por cinco minutos.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisarei de muito menos tempo. Muito obrigado pela concessão da palavra.

Boa tarde a todos. Quero somente comunicar aos senhores parlamentares e senhores presentes que, na semana passada, Deputado Rafael Prudente, eu estive na farmácia de alto custo da Ceilândia. E fiquei impressionado, porque, desde menino nessa cidade, ouvimos falar em farmácia de alto custo e falta de remédio em farmácia de alto custo. E, mais uma vez, pude concluir a falta de remédio. Perguntei aos gestores da farmácia de alto custo, todos farmacêuticos muito jovens, aprovados no último concurso, com ímpeto para trabalhar e ver a coisa funcionar, e eles relataram que o que mais entristece é justamente o fato de eles não poderem exercer plenamente o seu trabalho, que é atender o paciente, dar a orientação e entregar o remédio, porque simplesmente o remédio não chega. E não chega por quê? Parece que o Estado brasileiro é incompetente há décadas para realizar processos licitatórios com caráter preventivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Gente, qualquer administrador de uma empresa tem o controle de estoque. Se ele vê que o estoque está acabando, ele, preventivamente, já faz a compra. Mas, no Estado, no Governo do Distrito Federal, seja no governo que for, isso nunca acontece. Ou seja, não há um mecanismo de sinal de alerta dizendo que o medicamento está acabando e que logo tem-se que comprar, até porque as pessoas que usam são sempre as mesmas. É um uso continuado.

Então, não vai aumentar, o que mostra a incompetência administrativa nos processos licitatórios e na gestão da Secretaria de Saúde. Juro que não consigo entender como é que uma coisa dessa acontece. Qualquer dono de boteco sabe que tem que repor a sua mercadoria, e o Governo do Distrito Federal não sabe.

Fui procurar a Ouvidoria da Secretaria de Saúde e descobri que a Farmácia de Alto Custo é a mais bem avaliada dentro do serviço de Saúde, no que se refere ao trabalho dos profissionais. Então, são profissionais competentes, capazes, dispostos a trabalhar, mas que, infelizmente, não têm as condições adequadas. E, para piorar, as unidades de farmácia não são consideradas unidades de saúde, o que é uma aberração. Há médico, há farmacêutico, há auxiliares administrativos, eles prestam atendimento de saúde, mas não são considerados unidades de saúde. Logo, por não serem considerados unidades de saúde, não têm direito aos mesmos privilégios que os demais profissionais têm, a exemplo da Gmov, a Gratificação de Mobilidade, que existe dentro da Secretaria de Saúde.

É inadmissível que um profissional tão capacitado e tão empenhado no serviço público tenha o seu trabalho tolhido pela incompetência da gestão na área de saúde do Distrito Federal. Parece que entra secretário, sai secretário, e a coisa só piora no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tendo em vista que, sobre o PLC nº 34, de 2015, ainda existe muito debate a ser feito para se chegar a um acordo sobre as emendas que foram apresentadas, até mesmo dos segmentos que estão ali representados, solicito a V.Exa. que haja o sobrestamento desse item na votação de hoje. Que ele seja votado possivelmente na semana que vem, depois de pacificado todo o processo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dou por encerrados os Comunicados de Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Queria comunicar aos colegas que vamos iniciar a votação pelos dois créditos acordados, sobre os quais não há polêmica. Estou aguardando a chegada do Deputado Julio Cesar para podermos iniciar a votação.

A assessoria de Plenário me comunicou que o Deputado Juarezão pediu a inversão de pauta, para votarmos o projeto do Incra inicialmente. Acato a questão de ordem do Deputado Juarezão. O primeiro projeto a ser votado será o do Incra. (Palmas.)

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a 145, relativos aos vetos, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia.

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do primeiro item.

Item nº 176:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 675, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a receber a área que especifica e dá outras providências".

Tramitação concluída. Aprovado na CCJ na forma da emenda da Relatora, a CAF deverá se manifestar sobre a emenda aprovada na CCJ.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 679, de 2015, de minha autoria e de outros Deputados, que "dispõe sobre a comercialização de alimentos em *Food Truck* no Distrito Federal e dá outras providências".

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito que seja incluído na pauta o referido projeto de lei.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda ao Projeto de Lei nº 675, de 2015.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à Emenda Modificativa nº 2, apresentada na Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 675, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

“autoriza o Poder Executivo a receber a área que especifica e dá outras providências”.

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Assuntos Fundiários – CAF emitir parecer sobre o mérito de proposições que versem sobre aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos e desapropriações.

A Emenda Modificativa nº 2 tem por objetivo assegurar aos legítimos ocupantes os direitos da legislação federal e distrital competente aos demais parcelamentos urbanos de interesse social, incluindo o Núcleo Urbano Incra 08, nas disposições contidas na Lei nº 4.996, de 2012.

Para concluir, somos pela aprovação da Emenda nº 2, modificativa, apresentada na CCJ, ao Projeto de Lei nº 675, de 2015.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CAF.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 675, de 2015, em primeiro turno.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como eu disse na minha manifestação, há pouco, quero cumprimentar o Incra e o Governo do Distrito Federal, além do meu amigo e Deputado Juarezão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Este é um momento extremamente importante, Deputada Celina Leão, porque aquela comunidade luta com enorme anseio para adquirir a sua autonomia e poder gerenciar seu destino.

Quero apenas lembrar à comunidade, que é bastante atenta, a importância do papel dela na preservação da maior reserva de água que temos, que faz toda a nossa provisão, particularmente de Ceilândia, Brazlândia e Taguatinga, que é o Descoberto.

Cumprimento todos pela bela vitória. Mas, como a Bíblia diz: a quem muito é dado, muito será cobrado. A responsabilidade ali é gigantesca, mas tenho certeza de que, pela história da população de Brazlândia, particularmente do Incra 08, haverá a preservação do Descoberto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz para declaração de voto.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, também quero compartilhar da manifestação do Deputado Wasny de Roure.

Trata-se de uma briga histórica do Incra, mas, desta vez, vocês tiveram um aliado muito importante, uma pessoa lá da região, o meu colega Deputado Juarezão, que merece muito a consideração de vocês. Desde o primeiro dia nesta Casa, S.Exa. focou sua atenção nesse projeto, que, graças a Deus, foi aprovado hoje. Desde o dia 1º de janeiro, quando tomamos posse, foi o que S.Exa. quis. Então, Deputado, parabéns! Parabéns também ao pessoal do Incra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero fazer o registro, em nome da Rede Sustentabilidade, da tarefa que o Governo do Distrito Federal se incumbiu e, neste momento, desenvolveu nesse projeto. Quero também registrar a participação efetiva, na defesa daquele povo, do Deputado Juarezão.

Quero fazer esse registro, acho que é importante a gente reconhecer aqueles que lutam. É muito importante que esta Casa tenha esse reconhecimento de causa. Todos os companheiros lá de Brazlândia entraram nessa luta, e, nesse momento, nós estamos fazendo justiça, consolidando um processo que vem de muitos anos, a todos que esperam.

O Deputado Wasny de Roure também é um participante ativo dessa luta, e quero observar o que S.Exa. destacou: que, com certeza, o item da preservação já é do cotidiano daquela comunidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Registro, Excelência, e também comunico a votação da Rede de forma positiva nesse projeto. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Diante do que estou vendo aqui no plenário, inclusive das conversas que estão sendo feitas aí fora, com relação a esse projeto que envolve os cartórios, eu gostaria que não fosse pautado para hoje por uma série de razões. Primeiro, na CCJ, nós não concluímos a avaliação; segundo, eu acabei de receber uma delegação, a pedido do presidente da Ordem, para que a gente possa ouvir os argumentos dele. Então vejo com muita naturalidade que esta Casa tenha mais um prazo para poder discutir, até porque, salvo engano, o mundo não deve acabar amanhã, então, se não vai acabar amanhã, é possível a gente discutir na semana que vem.

Com relação ao projeto de interesse também dos procuradores, que são meus colegas, só que eu no âmbito federal, eu também pediria, tendo em vista que não há ainda um entendimento entre as diversas categorias que têm interesses legítimos na votação desse projeto, que ele seja discutido e construído por todos os servidores, o governo e esta Casa. Então, eu pediria também a retirada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Juarezão para declaração de voto.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, meus colegas Deputados e Deputadas, comunidade do Inbra 8, eu, como Deputado Distrital, estou muito satisfeito e quero agradecer a vocês por terem vindo do Inbra 8, aos Deputados Distritais por terem votado, à Deputada Sandra Faraj, à Deputada Telma Rufino, aos Deputados membros das comissões que votaram e foram unânimes em votar esse projeto. Essa é uma luta de 30 anos daquela comunidade, graças ao nosso empenho junto aos Deputados Distritais. Quero agradecer vocês. Este está sendo um começo, mas um começo em que, se a gente unir aquela comunidade, a gente vai tentar resolver a situação em breve e levar o governo para sancionar essa lei lá no Inbra 8, se Deus quiser.

Muito obrigado a vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Juarezão. Quero só reconhecer aqui que há mais ou menos três meses o Deputado Juarezão levou esse pedido ao Colégio de Líderes e negociou que esse projeto viesse para a Câmara Legislativa. S.Exa. abriu mão de uma emenda que estava num projeto que era inclusive relativa a uma área do Ministério Público para contemplá-los, e naquele momento teve o compromisso de que o governo mandasse o projeto para esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

O governo cumpriu o compromisso com S.Exa., e S.Exa. cumpre o compromisso com a comunidade, representando-a tão bem, como tem feito aqui na Câmara Legislativa. Então, eu gostaria de parabenizar V.Exa. (Palmas.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, quero me solidarizar ao Deputado Juarezão pela luta e falar da minha alegria porque também conheço aquela comunidade há algum tempo.

Deputado Juarezão, V.Exa. ainda tem – e eu assumi com V.Exa. este compromisso – outro compromisso para o ano que vem, que é muito importante também para a comunidade do Incra 8, que é a duplicação daquela ponte. No Distrito Federal há apenas uma única ponte que tem uma única mão, o que traz um prejuízo muito grande ao Incra 8.

Então, eu queria expressar a minha alegria. Parabéns por esse momento histórico para aquela comunidade, para a nossa comunidade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero endossar as palavras do Deputado Raimundo Ribeiro. Hoje já foi bastante polêmica na CCJ a questão dos cartórios. Que esse projeto não fosse pautado hoje. Peço também a retirada do Projeto de Lei nº 34, de 2015, uma vez que há muitas dúvidas. Precisamos superá-las para que possamos votar com tranquilidade. Aqui não é quebra de acordo do Colégio de Líderes, é que simplesmente possa ser feita uma discussão de tal maneira que ninguém saia prejudicado, muito menos, logicamente, aqueles que vão depender desse projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo o Deputado Juarezão e toda a comunidade por essa luta. Nós testemunhamos a forma como o Deputado Juarezão tem lutado por essa comunidade. Isso se expressou nesse Projeto de Lei nº 675, de 2015. Parabéns Deputado, que Deus o abençoe. Toda a comunidade é que vai ganhar com o seu empenho. V.Exa. está de parabéns juntamente com esses moradores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Em segundo lugar, vou na mesma linha do Deputado Bispo Renato Andrade, nós tivemos há pouco uma discussão lá na sala de reuniões, onde, num primeiro momento, não havia nenhum acordo, e pediram, todos que estavam ali, que fosse retirado esse projeto, o Projeto de Lei Complementar nº 34.

Agora, até parece que avançaram bem, mas o acordo é que o projeto seja retirado e que posteriormente o Executivo mande outro projeto que possa atender a todas as demandas, tanto dos auditores quanto dos procuradores. Então, parece que o ideal é que venha outro projeto. A retirada vai fazer com que haja um ajuste completo para todas as demandas.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente e amigos Deputados, primeiramente eu queria registrar e parabenizar o meu amigo Deputado Juarezão por essa conquista. Eu, realmente, desde o início do ano, venho acompanhando a luta que V.Exa. vem travando nesta Casa. Quantas vezes V.Exa. foi ao Palácio do Buriti para que esse projeto viesse para cá. Hoje a gente consolida isso fazendo com que haja a aprovação.

Então, eu quero registrar o meu agradecimento e parabenizar V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo em Brazlândia e o povo aqui presente. Parabéns, Deputado Juarezão!

Em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 34 e o Projeto de Lei nº 744, eu gostaria de frisar, já que o Deputado Raimundo Ribeiro comentou sobre não votarmos aqui hoje a questão dos cartórios, que, na verdade, não havia esse acordo de votar hoje o projeto dos cartórios. Então, não haveria nenhuma possibilidade de que a gente viesse a trazer isso para o plenário.

O que foi acordado foi a questão da procuradoria, sobre a qual nós estávamos ali reunidos juntamente com o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Roosevelt Vilela e o pessoal das categorias, tanto de auditores quanto de procuradores. Realmente há uma divergência de entendimentos. Eu acho que, neste momento, tem que prevalecer o bom senso. Então, a pedido do Deputado Bispo Renato Andrade, do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Wellington Luiz, a gente está retirando hoje de pauta estes dois projetos: o Projeto de Lei Complementar nº 34, de 2015, e o Projeto de Lei nº 744, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então, como foi um pedido do Líder do Governo, eu solicito à assessoria a retirada desses dois projetos.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero pedir a inclusão como item extrapauta de projetos de minha autoria: o Projeto de Lei nº 380, de 2015, e o Projeto de Lei nº 680, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa. e peço para que sejam inseridos na pauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós tínhamos um acordo ontem no Colégio de Líderes – V.Exa. presidiu a reunião – de votarmos o Projeto de Lei Complementar nº 34. Nós tínhamos um entendimento. Era um projeto do Executivo, e nós o tínhamos examinado. Todos os Parlamentares o tinham examinado. Era um projeto que não tinha emendas. É importante que isso fique pontuado e fique claro. Entretanto, hoje, nós fomos surpreendidos aqui com procuradores do Distrito Federal, que são do Governo do Distrito Federal, são do Executivo – não se está aqui falando do Ministério Público –, e auditores da Fazenda do Governo do Distrito Federal, que também são do Poder Executivo.

Se o Poder Executivo não se entende, não fala uma linguagem única, não sou eu quem vou entendê-lo. Já disse ao Deputado Julio Cesar e ao Deputado Bispo Renato Andrade, que é Líder da Minoria, já falei desta tribuna que nós, do PT, não temos condições nenhuma de votar esse projeto agora. O governo, primeiro, que se entenda e nos traga um comportamento único, porque não pode chegar um pedaço do governo falando uma coisa e outro pedaço falando outra. São todos do governo.

Na hora em que o Executivo manda um projeto, Deputado Wasny de Roure, a gente pressupõe que, pelo menos, no âmbito do Executivo, esteja pacificado; e não está. Portanto, não há condições de votar, e não estamos quebrando acordo. É importante que isto fique claro: nós não estamos quebrando acordo. Aquilo que tínhamos acertado estamos prontos para votar, desde que seja o projeto original sem as alterações que estão colocadas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria só de complementar a fala do Deputado Chico Vigilante com o seguinte argumento: nós temos carreiras que são típicas de Estado: a carreira dos auditores, pela qual eu nutro o maior respeito do mundo, inclusive com pessoas altamente capacitadas, uma carreira de controle, realmente, de tributação; e a de procuradores, que é também uma carreira típica de Estado e altamente competente. Então, na medida em que não há o entendimento das duas carreiras, é um prejuízo para o próprio Estado a gente tramitar esse projeto – sem o entendimento. Por um pedido de vários Líderes, inclusive do Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, a gente está retirando o projeto de tramitação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Há alguns Deputados que estão me pedindo que a gente vote somente os projetos dos Deputados que estão presentes no plenário. Então, vou acatar esse pedido, porque eu acho que é uma forma de a gente manter o *quorum* para tentar votar os projetos dos Deputados. Há muitos projetos de Deputados na pauta para a gente votar.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 727, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$24.700.000,00 (vinte e quatro milhões e setecentos mil reais)”.

Tramitação concluída. Foram apresentadas sete emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 727, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 24.700.000,00 (vinte e quatro milhões e setecentos mil reais)”.

A Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Ricardo Vale, faz apenas um remanejamento de 400 mil reais; a Emenda Modificativa nº 2, de autoria do Deputado Ricardo Vale, faz um remanejamento de 40 mil reais; a Emenda Modificativa nº 3, de autoria do Deputado Ricardo Vale, faz um remanejamento de 70 mil reais; a Emenda Modificativa nº 4, de autoria do Deputado Ricardo Vale, faz um remanejamento de 80 mil reais; a Emenda Modificativa nº 5, de autoria do Deputado Julio Cesar, faz um remanejamento de 354 mil reais; uma emenda de plenário propõe alterações – inicialmente eram 27 milhões do bloco constituído pelo Deputado Agaciel Maia, pela Deputada Liliane Roriz, pelo Deputado Juarezão, pela Deputada Telma Rufino e pelo Deputado Raimundo Ribeiro, que tinha feito a destinação de 27 milhões para aquisição de equipamentos hospitalares, ressonância, radioterapia, raios X digital, ecógrafo, mamógrafo do Distrito Federal, e fez-se a alteração para aquisição de equipamentos hospitalares para digitação de aparelhos de ressonância magnética, radioterapia, raios X e mamógrafo da rede hospitalar no valor de 27 milhões; a Emenda Aditiva de Plenário nº 7, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, faz um remanejamento no valor de 6 milhões e meio.

Todas as emendas obedecem ao ordenamento jurídico e orçamentário. Portanto, somos de parecer favorável, Deputada Liliane Roriz, à emenda sugerida por V.Exa., que tanto reclama de mim! Eu sou de parecer favorável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 727, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 728, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 18.363.133,00 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e três mil, cento e trinta e três reais).

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos em bloco pelo processo nominal. (Pausa)

Havendo acordo, passa-se à apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 186:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 255, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os policiais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

militares que especifica do 10º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a sociedade do Distrito Federal, especialmente a de Ceilândia”.

Item nº 187:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 256, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta apoio para criação da Coordenação de Localização de Desaparecidos, Ausentes, Minorias e Egressos, na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, e grupo de trabalho para regulamentação da Lei nº 5.537, de 2015”.

Item nº 188:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 257, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro e outros, que “manifesta apoio e solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, no sentido de manter os profissionais médicos da Secretaria de Estado de Saúde na Fundação de Ensino e Pesquisa e Ciências da Saúde – FEPECS”.

Item nº 189:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 258, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona”.

Item nº 190:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 259, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona”.

Item nº 191:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 260, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “manifesta apoio aos moradores das áreas 4 e 6 da Vila Buritizinho, localizada na Região Administrativa de Sobradinho II, para que estas áreas sejam, em caráter de urgência, regularizadas pelo Governo do Distrito Federal”.

Item nº 192:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.216, de 2015, de autoria da Mesa Diretora, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 26 de novembro de 2015 em comissão geral, para apresentação e discussão dos estudos realizados pela Administração da Câmara Legislativa do Distrito Federal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

sobre as propostas de alteração do PCCR contidos no Processo nº 001.000611/2014”.

Item extrapauta:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 262, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal o Sr. Ezechias Paulo Heringer, *in memoriam*, pelos 25 anos de valerosos trabalhos de estudo e proteção da flora do cerrado do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.227, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública para debater alternativas que possam ser adotadas pelo governo para acelerar o processo de regularização fundiária do bairro Buritizinho, na Região Administrativa de Sobradinho II – RA V”.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Desejo que seja incluída, na Ordem do Dia, e na votação em bloco, a Moção nº 263, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É preciso fazer a leitura também da moção de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade para votarmos junto.

Item extrapauta:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 263, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza as pessoas abaixo especificadas pelos relevantes serviços prestados à população idosa do Distrito Federal”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fiz um pedido ao Deputado Rodrigo Delmasso para que fosse lida uma moção, e ela é extremamente interessante. Acho que ela poderia já ser lida e votada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa. Será feita a leitura da moção do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. a possibilidade de retirar da pauta de hoje a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 18, de 2015, para que pudéssemos discuti-la melhor.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta PELO é do Deputado Chico Leite. Deputado Chico Leite, há um pedido do Líder do Governo para a retirada de uma PELO de autoria de V.Exa. para uma discussão melhor.

DEPUTADO CHICO LEITE – O Líder falou comigo e concordo. Nós precisamos debater essa matéria. Ela é muito importante, mas acho que precisamos fazer um debate mais profundo. Se temos boa vontade de aprová-la, eu concordo. Não há problema.

DEPUTADO JULIO CESAR – Perdão, é a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 3.

DEPUTADO CHICO LEITE – Na sessão passada, o Deputado Wellington Luiz havia pedido vista dela. Então, o Deputado Julio Cesar conversou comigo, disse-me que ia fazer esse requerimento de vista para um debate mais profundo. Não há problema. Acho que é importante fazermos os debates e vingar, ao final, a vontade da população, que é aqui representada por nós. Vamos fazer o debate.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido do Líder do Governo e retiro a proposta de pauta.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 264, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à equipe do Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica do Gama, composta pela professora orientadora Alba Maria Cúrcio F. Machado e pelos alunos Victor Kaio Rodrigues Pires e Mateus Caixeta Brito Mariani, pela conquista do 1º lugar no Prêmio Brasília Ciência, Tecnologia e Inovação, com o projeto *Alarm Health II'*”.

Em discussão os requerimentos e as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Estão aprovados com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LILIANE RORIZ) – Item nº 147:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 19, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “torna obrigatória a informação no boleto de pagamento do IPVA da alíquota adotada para cálculo e o valor atribuído ao veículo no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 19, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “torna obrigatória a informação no boleto de pagamento do IPVA da alíquota adotada para cálculo e o valor atribuído ao veículo no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 148:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 254, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a revogação da Lei nº 4.546, de 02 de março de 2011”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 254, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a revogação da Lei nº 4.546, de 02 de março de 2011”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 149:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.560, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o evento denominado Carnaval Fora de Época”.

Esse projeto foi substituído pelo Projeto de Lei nº 203, de 2015.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 203, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a prática de Educação Física adaptada nos estabelecimentos de Ensino Público e Privado no âmbito do Distrito Federal”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em realidade, a segunda proposta de instrumento legislativo de autoria do Deputado Agaciel Maia é outra, não é essa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, faço a questão de ordem no sentido de incluir na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 55, de 2015, de minha autoria. São dois projetos por Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Cristiano Araújo.

Em virtude de o projeto não ter chegado à Secretaria, solicito a leitura do próximo item. (Pausa.)

Item nº 151:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “Proíbe no âmbito do Distrito Federal, inaugurações e entregas de obras públicas incompletas ou que, ainda que concluídas, não estejam em atendimento ao fim a que se destinam”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “Proíbe no âmbito do Distrito Federal,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

inaugurações e entregas de obras públicas incompletas ou que, ainda que concluídas, não estejam em atendimento ao fim a que se destinam”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 152:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.508, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da saúde”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.508, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da saúde”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 153:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 95, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a inclusão do ensino da música no componente curricular na Educação Básica das escolas públicas e privadas do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu voto favoravelmente em respeito ao Deputado Bispo Renato Andrade e ao interesse, mas eu gostaria de fazer declaração de voto em um minuto.

Presidente, o projeto tem uma intenção extremamente profícua, era necessário que nós tivéssemos em um currículo, inclusive sob a ótica transversal, matérias dessa natureza, eu não tenho nenhuma dúvida, mas o problema é que tanto a LDBEN quanto a nossa Lei Orgânica só permitem a inclusão de matérias se for proposta do Poder Executivo, podendo as escolas fazerem no âmbito transversal.

Eu mesmo quando entrei na Casa tentei colocar Ética e Cidadania no currículo, me lembro bem que foi considerado inconstitucional pelo Tribunal.

Então, eu queria fazer essa referência desse receio que tenho em relação à constitucionalidade desse processo.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 95, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a inclusão do ensino da música no componente curricular na Educação Básica das escolas públicas e privadas do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 154:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 447, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 258, de 5 de maio de 1992, que ‘determina a inclusão em edifícios e logradouros de uso público de medidas para assegurar o acesso, naquelas áreas, de pessoas portadoras de deficiências físicas e dá outras providências’, à Lei nº 2.447, de 18 de novembro de 1999, que ‘dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados no Distrito Federal’, e à Lei nº 5.177, de 19 de setembro de 2013, que ‘dispõe sobre a reserva de vagas para gestantes e mães com filho de até dois anos de idade, em estacionamentos no Distrito Federal, na forma que especifica’, para estabelecer sanções no caso de descumprimento das referidas leis”.

Aprovada em primeiro turno, a proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma de substitutivo. Tendo em vista que o substitutivo não foi apreciado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, o projeto retorna a esta comissão para análise.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, gostaria de indagar de V.Exa. se está sendo observado o entendimento que nós temos de só votar projetos de Deputados que estejam presentes em plenário. Eu mesmo não estou disposto a votar projeto de quem não está aqui. Estou falando de todos, estou indagando no geral.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – De acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu queria insistir, com todo o respeito aos colegas Parlamentares, que os projetos não apreciados em comissão não fossem incluídos na Ordem do Dia. Acho isso um certo desrespeito, a não ser que haja uma urgência, um cenário de extrema dificuldade. Eu entendo que é uma violência ao relator, a não ser que ele seja negligente e fique protelando o relatório, e é um demérito à própria Casa, que não obedece ao seu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Regimento, às exigências das comissões. Eu quero alertar para isso, porque isso é prejuízo para o processo legislativo; de repente votamos algo e depois a mídia começa a dar cutucada na gente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Com certeza, Deputado. O projeto foi aprovado em primeiro turno. Nós estamos fazendo uma retificação, não foi dado o parecer pela comissão. Se não houver acordo, não vamos colocar para votar.

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

Deputado Ricardo Vale, o parecer é apenas sobre o substitutivo.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 447, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 258, de 5 de maio de 1992, que ‘determina a inclusão em edifícios e logradouros de uso público de medidas para assegurar o acesso, naquelas áreas, de pessoas portadoras de deficiências físicas e dá outras providências’, à Lei nº 2.447, de 18 de novembro de 1999, que ‘dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados no Distrito Federal’, e à Lei nº 5.177, de 19 de setembro de 2013, que ‘dispõe sobre a reserva de vagas para gestantes e mães com filho de até dois anos de idade, em estacionamentos no Distrito Federal, na forma que especifica’, para estabelecer sanções no caso de descumprimento das referidas leis”.

Há três emendas da CCJ com parecer do Deputado Chico Leite: Subemenda nº 2, Subemenda nº 3 e Subemenda nº 4.

Sra. Presidente, o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é pela aprovação das três subemendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CDDHCEDP. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Esta Presidência ratifica a votação em primeiro turno com 21 votos favoráveis.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 447, de 2015. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 447, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 258, de 5 de maio de 1992, que ‘determina a inclusão em edifícios e logradouros de uso público de medidas para assegurar o acesso, naquelas áreas, de pessoas portadoras de deficiências físicas e dá outras providências’; à Lei nº 2.447, de 18 de novembro de 1999, que ‘dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados no Distrito Federal’, e à Lei nº 5.177, de 19 de setembro de 2013, que ‘dispõe sobre a reserva de vagas para gestantes e mães com filho de até dois anos de idade, em estacionamentos no Distrito Federal, na forma que especifica’, para estabelecer sanções no caso de descumprimento das referidas leis”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 155:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.359, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “estabelece a política consumerista de prestação de serviço de abastecimento de água e esgoto no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.359, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “estabelece a política consumerista de prestação de serviço de abastecimento de água e esgoto no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 156:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 348, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprovada em primeiro turno, a proposição recebeu parecer favorável da CCJ com emendas de relator. Tendo em vista que as emendas não foram apreciadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o projeto retorna à comissão para análise.

Na ausência do Relator, o Deputado Joe Valle, solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas da CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 348, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Distrito Federal e dá outras providências”.

O objetivo da proposição é proteger as águas subterrâneas do Distrito Federal, bem como regulamentar o seu uso. O art. 3º da proposição estabelece que o gerenciamento das águas subterrâneas incluirá a avaliação em termos qualitativos e quantitativos, o planejamento de seu aproveitamento racional, a outorga e a fiscalização do uso dessas águas, o controle da qualidade e a adoção de medidas para sua preservação. O gerenciamento eficaz das águas subterrâneas se dará por meio de ações empreendidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.

O projeto já tinha sido aprovado por esta comissão e retornou para dar parecer às emendas modificativas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

A Emenda Modificativa nº 2, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, altera o art. 30, incisos I, II e III, no que estabelece os referenciais de multa, a seguir: I – R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais) para as infrações leves; II – de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para as infrações graves; III – de R\$ 5.001,00 (cinco mil e um reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para infrações gravíssimas.

A Emenda Aditiva nº 3, também apresentada pelo relator da CCJ, à época o Deputado Cláudio Abrantes, altera o art. 30 do referente projeto de lei, que passa a ter a seguinte redação no seu § 3º: “Os valores das multas de que tratam os incisos I, II e III serão reajustados anualmente com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV”.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos pela aprovação no mérito das referidas emendas.

Quero parabenizar a Deputada Luzia de Paula pelo brilhante projeto e ainda fazer uma ressalva: no Distrito Federal, nas suas águas subterrâneas, não sei se todos sabem, nasce o maior aquífero das Américas, o chamado Aquífero Guarani, que sai daqui e termina na sua dimensão ali próximo ao Uruguai. Parabéns, Deputada Luzia de Paula.

Somos pela aprovação do mérito do referido projeto de lei, com o acatamento das emendas apresentadas na forma do relator da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Ratifico a votação do projeto, em primeiro turno, com 21 votos favoráveis.

Em discussão em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 348, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar a Deputada Luzia de Paula. É um projeto extremamente interessante, é um projeto que qualifica a questão da água no Distrito Federal. Eu parablenizo a assessoria da Deputada e a própria Deputada.

Eu só não sei se o nome da Secretaria de Meio Ambiente foi alterado. Se foi alterado na redação final, vai ter de se fazer o ajuste, porque é preciso atualizar o nome da Secretaria de Meio Ambiente.

É um projeto extremamente rico no cuidado ambiental, como muito bem disse o Relator da CDESCTIMAT, Deputado Rodrigo Delmasso.

Portanto, os meus mais efusivos cumprimentos, Deputada Luzia de Paula. Realmente caracteriza sua presença na própria Rede, que é um partido que tem um cuidado particular com as questões ambientais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 157:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.183, de 2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “estabelece regras sobre descarte de medicamentos como medida de proteção ao meio ambiente e à saúde pública e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é somente para reforçar o que o Deputado Wasny de Roure disse, para que o projeto não fique possivelmente prejudicado na sua execução, não nesse governo, mas no próximo governo. Até porque sabemos que os nomes das secretarias mudam independentemente de quem esteja governando esta cidade. Que, na redação final, seja corrigido, aliás, seja feita uma adaptação do atual nome da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.183, de 2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “estabelece regras sobre descarte de medicamentos como medida de proteção ao meio ambiente e à saúde pública e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 158:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 332, de 2015, de autoria do Deputado Júlio Cesar, que “institui a meia-entrada para os atletas e paratletas que menciona e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 332, de 2015, de autoria do Deputado Júlio Cesar, que “institui a meia-entrada para os atletas e paratletas que menciona e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 159:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 243, de 2015, de autoria dos Deputados Ricardo Vale, Wasny de Roure e Julio Cesar, que “cria o Programa de Incentivo ao Futebol Amador do Distrito Federal – Boleiros e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 243, de 2015, de autoria dos Deputados Ricardo Vale, Wasny de Roure e Julio Cesar, que “cria o Programa de Incentivo ao Futebol Amador do Distrito Federal – Boleiros e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu, que fui um razoável boleiro nos campeonatos de terra de Ceilândia, onde brinco até hoje como aquele famoso zagueiro plantado que não se movimenta, acho o projeto altamente meritório, mas deixo um alerta: o projeto cria um gasto continuado para o poder público e não mostra de onde vem a receita que vai alimentá-lo. Pode vir a ser questionada a constitucionalidade do projeto depois. O projeto é meritório, acho importante, é um programa que já existe. Entendo que a lei tenta regulamentá-lo, mas acredito que seria um projeto de iniciativa do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria parabenizar o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Wasny de Roure pelo projeto. Fico feliz por também ser um dos coautores.

Quero dizer que, durante a minha estada como secretário de esporte na época do Governador Agnelo, foi instituído esse programa e foi um programa que deu muito certo. Tivemos ajuda de diversos Deputados na época, como o Deputado Wasny. Todas as vezes, S.Exa. colocava emendas para dar continuidade ao projeto. O Deputado Evandro Garla também. Quando o Deputado Ricardo Vale era o Secretário da Casa Civil, da Secretaria de Governo, S.Exa. sempre foi uma pessoa que nos ajudou muito. Então, eu fico muito feliz por esse projeto estar sendo aprovado hoje.

Aproveito para pedir aos Deputados que nos ajudem a fomentar através das emendas. Esse projeto realmente vai ajudar muito, porque gera emprego e faz que as pessoas tenham um lazer no final de semana. Tenho certeza de que o Governador vai sancionar essa lei, que já vai dar muito resultados para o Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria que fosse inserido o PL nº 1.795, de minha autoria, na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato a solicitação de V.Exa.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputado Julio Cesar, eu quero cumprimentar também a Secretária de Esporte, a Leila. Eu fiquei extremamente sensibilizado quando ela nos procurou para fortalecer as dotações orçamentárias da secretaria na perspectiva de dar continuidade a esse programa. Eu me lembro muito bem de uma resposta que ela me deu: “Wasny, desde que seja para o bem do esporte, tem o nosso apoio”.

Isso qualifica bastante um governo que trabalha acima das divergências políticas e ideológicas, porque é um programa que beneficia enormemente. V.Exa., quando Secretário do Esporte, assim também trabalhou. Portanto, eu quero cumprimentar todos os colegas autores da proposição.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu sei da preocupação de V.Exa. Eu só quero lembrá-lo, Deputado, que um dos grandes momentos desta Casa foi ter votado um projeto inconstitucional, o do cinto de segurança dos carros. Esta Casa foi pioneira. Eu me lembro de que um deputado suplente era o autor do projeto, o Cícero. Era um militante até pouco conhecido da vida política de Brasília. Ele foi extremamente ousado. Depois o Conatran reconheceu e normatizou para todo o País. Esta Casa foi pioneira num projeto que era inconstitucional e fez uma radical mudança em todo o País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria também cumprimentar o Deputado Julio Cesar e o Deputado Wasny de Roure, que, juntamente comigo, apresentamos e aprovamos nesta Casa o projeto Boleiros. Eu tenho muito orgulho porque eu ajudei na concepção do projeto no Governo Agnelo. O Governador Agnelo entendeu naquele momento, Deputado Julio Cesar, e V.Exa. conduziu muito bem sua gestão na Secretaria de Esporte. Mas sabemos que é um programa, e, dependendo do governo, ele acaba com o programa.

Esse projeto, esse programa transformado em lei agora vai permitir que cheguem recursos, todos os anos, para o futebol amador do Distrito Federal, para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

esporte amador do Distrito Federal, porque agora não é só para o futebol, vai para o futsal, para o vôlei, vai para uma série de modalidades importantes que tiram os jovens, evidentemente, das ruas, e os afastam das drogas. Acho muito mais barato investir em esporte do que depois ficar gastando dinheiro – falei isto para um jornal – para recuperar jovem em presídios ou em casas de drogados.

Então, a gente tem mais é que apoiar e incentivar projetos como esse. E que o Governador o transforme em lei. Quantos projetos esta Casa já aprovou, ditos inconstitucionais, e depois viraram lei? O Passe Livre Estudantil hoje, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que permite a centenas de jovens irem à escola hoje, também foi considerado inconstitucional, mas aprovado e tornou-se lei.

Espero que o governador sancione essa lei o mais rápido possível, para que a gente possa, a partir do ano que vem, melhorar esse projeto, melhorar esse programa, que agora é uma lei.

Era isso, Sra. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero parabenizar os Deputados Ricardo Vale, Julio Cesar e Wasny de Roure pela iniciativa de transformar um programa em lei e resgatar um pouco da história. Na verdade, as primeiras pessoas, nesta cidade, que tocaram nesse assunto, sem querer assumir paternidade de nada, fui eu e o Ary, juntamente com o então presidente da Associação da Liga de Futebol Amador da Ceilândia. Eu me lembro, Deputado Wasny de Roure, de que, na época, procuramos o então Governador Arruda e sugerimos a ele que pagasse a arbitragem e desse uniforme aos times amadores do Distrito Federal. Ele, de pronto, topou a sugestão, iniciou o pagamento, só que depois acabou.

Portanto, agora, transformado isso em lei, Deputado Ricardo Vale, só espero que o governo a cumpra, efetivamente, porque temos também aqui a Lei do Carnaval, sancionada, que está valendo, não é inconstitucional, por força da qual o governo tinha que repassar o recurso para as escolas de carnaval, mas não passou no ano passado nem está passando neste ano. Os carnavalescos continuam na mesma situação de penúria, e o governo sem cumprir uma lei aprovada e sancionada aqui no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 160:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 343, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui e inclui, no Calendário de Eventos do Distrito Federal, a Conferência Arena Jovem”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

Em discussão em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação em segundo turno.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 343, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui e inclui, no Calendário de Eventos do Distrito Federal, a Conferência Arena Jovem”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas para requerer a V.Exa., caso seja possível, já que estamos aqui desde cedo e tenho um compromisso agora, às 19h, o seguinte: há um projeto de resolução de minha autoria que não foi votado na semana passada e que está, inclusive, em conexão com um projeto de resolução de autoria da Mesa. Solicito que ele seja votado. Caso não seja possível, nós o colocaríamos como primeiro item de pauta, na próxima sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Leite, existem vários pedidos de Deputados, mas vou acatar a questão de ordem de V.Exa. por uma questão de justiça, pois retiramos esse projeto na sessão passada, quando o senhor não teve nenhum projeto votado, e permaneceu presente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 184:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 27, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que “dispõe sobre a divulgação dos gastos com verba indenizatória na Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pelo que me consta, a Casa já faz divulgação tanto dos contratos, como da nota. O que entendo que o Deputado Chico Leite está fazendo é formalização. É importante destacar isso, porque pode parecer que a Casa tem sido negligente e não tem. A Casa tem publicado os contratos e as notas. Naturalmente, hoje há uma pressão para que se aperfeiçoem as notas, por exemplo, de combustível com a placa, o nome de quem usou, do gabinete desse ou daquele Deputado, o que acho absolutamente correto e transparente. É necessário lembrar que a Casa implantou isso sem haver projeto de resolução, mas acho que o projeto ajuda. Por isso, meu voto é favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. É importante o registro de V.Exa., porque a Casa já faz isso. Inclusive, há um ato da Mesa, mais amplo, para se regulamentar isso como instituição também.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, corroborando com o que o Deputado Wasny de Roure, que foi Presidente desta Casa, acaba de falar – muitas vezes a imprensa não sabe disto –, qualquer nota fiscal que é apresentada passa por uma auditoria interna antes. É importante que fique pontuado que a gente faz a despesa, paga, apresenta a nota fiscal e depois ocorre o ressarcimento. Mas, se a nota não estiver dentro dos padrões que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

são estabelecidos aqui, o dinheiro não é ressarcido. É importante que isso fique claro, porque fica parecendo que não se faz isso na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 162:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 300, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre a publicação das súmulas dos contratos celebrados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 300, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre a publicação das súmulas dos contratos celebrados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Comunicado da Presidência: esta Presidência informa que, na sessão ordinária de 17 de novembro de 2015, foi lido e aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 300, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, e não o Projeto de Lei nº 134, de 2015, da mesma autora.

Item nº 161:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 46, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre normas específicas de proteção à criança e ao adolescente, estabelecendo aos diretores da rede pública de ensino do Distrito Federal o dever de informarem aos pais ou responsáveis legais, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar o alto índice de faltas e a evasão escolar”.

Em discussão o Projeto de Lei nº 46, de 2015, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 46, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre normas específicas de proteção à criança e ao adolescente, estabelecendo aos diretores da rede pública de ensino do Distrito Federal o dever de informarem aos pais ou responsáveis legais, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar, o alto índice de faltas e a evasão escolar”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 21, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “acrescenta o § 12º ao art.119 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, que proposta é essa?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estamos na sequência da pauta da Ordem do Dia. Chegamos à apreciação de uma PELO. Deputado Wellington Luiz, gostaríamos que V.Exa. desse uma olhada para ficarem os dois projetos. É prioridade de V.Exa. a votação dessa PELO?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não, Sra. Presidente. Pode passar para o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 164:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 134, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “altera a Lei nº 2.809, de 29 de outubro de 2001, que dispõe sobre a garantia do direito da criança e do adolescente ao atendimento pedagógico e escolar na atenção hospitalar no Distrito Federal”.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Quero aproveitar para fazer o registro da presença do Sr. Cleber Pires, Presidente da Associação Comercial, que hoje veio à Câmara Legislativa, e do Sr. Fábio, nosso Vice-Presidente. São muito bem-vindos a esta Casa, assim como o Sr. Ataíde, que está sempre aqui conosco, acompanhando as votações.

Item nº 165:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 739, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a gratuidade de acesso a população ao Zoológico e Parques Públicos do Distrito Federal, nas datas que especifica, e dá outras providências”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 739, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a gratuidade de acesso a população ao Zoológico e Parques Públicos do Distrito Federal, nas datas que especifica, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que tem por finalidade analisar o mérito, apenas, da questão, votamos pela aprovação do projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 739, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a gratuidade de acesso da população ao Zoológico e Parques Públicos do Distrito Federal, nas datas que especifica, e dá outras providências”.

Nós temos o art. 64 do Regimento Interno, é competente a CEOF para emitir parecer sobre matéria financeira e orçamentária. Estando o projeto devidamente instruído e de acordo com o ordenamento jurídico e orçamentário, somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o projeto do Deputado Wellington Luiz é interessante,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

traz gratuidade de acesso a um bem cultural e até agroecológico e tudo, que é a visita ao zoológico, mas fazemos uma análise de natureza econômica.

O projeto de lei dá gratuidade no dia das mães, dos pais, aniversário de Brasília, independência, dia da criança e proclamação da República. São dias em que o zoológico em geral está muito cheio, até pelo fato de ser feriado, e as famílias aproveitam essa data para sair. No dia das crianças, em questão, o zoológico até fecha cedo porque não consegue comportar todo mundo, mesmo sendo pago. Sendo gratuito, esse problema vai até, sei lá... E nós estamos abrindo mão de uma receita num momento em que o GDF está em crise. Eu só quero levantar a questão.

E ainda temos a questão das PPPs – Parcerias Público-Privadas. Recentemente o governo anunciou que o zoológico vai para a PPP. Isto aqui limita o atrativo dos interessados, e aí não estou sendo nem contra e nem a favor, mas, no que se refere às PPPs, é uma limitação para que a iniciativa privada tenha interesse em participar junto com o governo.

É só uma questão que acho que a gente deve analisar no processo de votação do referido projeto, ainda que meritório seja. O Deputado Wellington Luiz está de parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em razão da sensibilidade do projeto e até na tentativa de a gente encontrar solução para problemas como esse, até para o momento que a gente vive, gostaria de solicitar que o projeto fosse retirado para que a gente possa discuti-lo melhor, se houver disponibilidade regimental nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato sua solicitação, lembrando que o projeto ficou com o parecer somente da CESC. Da CEOF ainda não foi nem para votação. Se V.Exa. quiser, eu posso colocá-lo em votação na CEOF e retirá-lo, porque aí o projeto já ficará com parecer das duas comissões. Eu o retiro somente da votação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Se V.Exa. permitir, poderia colocar em votação na CEOF e depois retirar, e a gente depois segue os demais ritos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pois não.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Parabenizo o Deputado Wellington Luiz porque, numa crise dessas, em que a gente vê nacionalmente um cenário de crise e desemprego, o Deputado Wellington Luiz, com sua sensibilidade, libera para as esposas e para os filhos o final de semana no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

zoológico. Acho muito meritória a proposta e vem ao encontro do que a sociedade espera, Deputado Wellington Luiz. Parabéns pela proposição!

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Mais uma vez, quero parabenizar o Deputado Wellington Luiz por nos permitir debater com mais profundidade o assunto, o que mostra a capacidade do Deputado. Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Quero só parabenizar o Deputado Wellington Luiz por esse projeto e também pela sensibilidade de, num momento em que estamos vivendo no Brasil uma crise, ter esse gesto nobre de retirar o projeto para podermos realmente discuti-lo. Então, quero parabenizar a sensibilidade do Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 166:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 132, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “dispõe sobre o exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, previstos no art. 5º da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Consulto se o Deputado Ricardo Vale se encontra no plenário. (Pausa.)

Aprovado parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, na forma da emenda da Relatora. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar deverá se manifestar sobre a emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Lira, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a emenda.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar à emenda ao Projeto de Lei nº 132, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “dispõe sobre o exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, previstos no art. 5º da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Acato a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de lei em referência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 132, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 167:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 173, de 2011, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre medidas a serem adotadas nos estacionamentos que especifica e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Item nº 168:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 272, de 2011, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “proíbe a utilização de recursos públicos para a aquisição de bebidas alcoólicas por parte da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências”.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não é esse projeto, não.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, V.Exa. vai colocar dois projetos. Esse não é um deles?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – O primeiro, sim. O segundo, não.

DEPUTADO JULIO CESAR – É o que está na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É o que está na pauta. V.Exa. quer pular esse?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Pula esse que o Deputado Julio Cesar está lendo agora.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Se V.Exa. quiser reinserir, é só pedir.

Item nº 169:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 559, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para os veículos que especifica”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões.

(Intervenção fora do microfone do Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pode passar para o próximo? (Pausa.)

Item nº 170:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 544, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a proibição de ônibus com motor dianteiro para operar no sistema de transporte coletivo”.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 544, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a proibição de ônibus com motor dianteiro para operar no sistema de transporte coletivo”.

Estando o processo de acordo com o art. 64 do nosso Regimento Interno e de acordo com o ordenamento jurídico e orçamentário, somos de parecer favorável à admissibilidade do referido projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria, já que a Deputada Sandra Faraj não está presente.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 544, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a proibição de ônibus com motor dianteiro para operar no sistema de transporte coletivo”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 544, de 2015.

Eu só quero parabenizar o Deputado Rafael Prudente por essa iniciativa, porque essa é uma demanda dos trabalhadores rodoviários: que o motor não seja na frente. Inclusive, há uma ação do Ministério Público do Trabalho sobre isso. Então, quero parabenizar S.Exa. pela iniciativa, fiscalização e vedação.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Item nº 171:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “institui o Serviço de Táxi Comunitário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprovado parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

O Deputado Chico Leite não se encontra.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “institui o Serviço de Táxi Comunitário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os Deputados Prof. Reginaldo Veras, Rodrigo Delmasso, Julio Cesar, Celina Leão se abstêm; o Deputado Wasny de Roure vota contra.

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 1 voto contrário e 6 abstenções.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.525, de 2013.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu entendo a preocupação dos proprietários de táxis quanto aos momentos de dificuldade em que se encontram e, muitas vezes, há necessidade de se coletivizar a ocupação dos assentos, até porque muitas vezes nós utilizamos em situação de transporte, indo dois, três, depois nos dividimos no pagamento, principalmente nesse deslocamento de aeroporto para a cidade.

Entretanto, a proposta do nobre Deputado Agaciel Maia, colega por quem todos nós temos o maior respeito pela sua experiência, é um processo de sistematizar outra modalidade de transporte coletivo no Distrito Federal. A minha preocupação não é quanto ao mérito especificamente, que é dar agilidade ao deslocamento da população e situações, mas a minha grande preocupação é o próprio processo de esvaziamento do sistema coletivo. Nós fizemos um trabalho há alguns anos, que foi o fortalecimento do sistema alternativo, que trouxe inúmeras consequências do ponto de vista da desregulamentação do transporte no Distrito Federal.

A proposta desse projeto chegou a mim também, mas eu levei em conta essas considerações, experiências que já tinha tido pelo impacto extremamente punitivo àqueles que investiram em grandes estruturas de transporte. E todos aqui sabem que eu tenho sido muito crítico com relação à magnitude do subsídio que tem sido a parte do governo para que o sistema sobreviva. Com esse modelo, aumenta o nível de subsídio e aumenta o ônus para a sociedade, ainda que individualmente favoreça o proprietário de táxi.

São essas considerações que eu faço questão de registrar aqui para que não deforme o posicionamento que temos sobre a matéria. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quando eu me elegi em 2011, eu sempre cheguei com a coloração de que, tendo em vista que vinha do Senado, seria para defender os grandes e não os pequenos. Depois eu percebi que aqui há uma grande dificuldade quando você faz uma legislação que beneficia o pobre. Existe o Uber, que é o transporte do rico, existe o taxista normal, que é principalmente para a classe média, mas o pobre, que é o sujeito que precisa sair do Itapoã e ir ao Paranoá, e precisa pagar só 3 reais, não é mercado do Uber. Ninguém sai daqui num carro luxuoso para pegar um pobre no Itapoã e levar ao Paranoá.

Não é mercado para o taxista normal, categoria que eu respeito, sair daqui, ir em Santa Maria e levar alguém no Novo Gama. Mas o pobre que precisa se movimentar, que não tem o transporte coletivo manipulado por grandes empresas, que precisa sair do Itapoã e ir ao Paranoá, ou ir do Vale do Amanhecer a Planaltina para pagar 3 ou 4 reais, que não pagam nem a bandeirada, nem tira mercado de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

ninguém... e já existem em várias cidades do Brasil. São percursos de 2, 3, 4 quilômetros que não têm interesse econômico, mas quem mora na própria comunidade pode fazer esse trabalho. Hoje eles fazem esse trabalho e são perseguidos.

Ora, se o governo não dá condições, se as empresas de ônibus não dão condições porque acham que não é interessante colocar ônibus em quantidade para atender às pessoas que são mais pobres, se o táxi normal não é mercado porque ninguém vai sair para pegar um passageiro para rodar 2 ou 3 quilômetros, qual é o pecado, eu pergunto a vocês, de dar oportunidade para não só gerar renda para aquelas pessoas que moram em comunidade carente, como também para facilitar a vida de uma pessoa que precisa fazer um percurso de ir a uma feira, sair do Itapoã para ir ao Paranoá para fazer uma feira, ou alguém levar um menino quando você não pode levá-lo à escola pública? Qual é o pecado? Nós estamos tirando o mercado de quem? Dessas grandes empresas de ônibus que cada vez ganham mais e cada vez colocam menos ônibus para apanhar os passageiros? Afinal de contas, quem é que nós prejudicamos?

Quando se fala em fazer algum projeto que beneficie entidades pobres, nós temos uma dificuldade muito grande. Porém, quando é de interesse de grupos econômicos potentes – nós já pegamos índios daqui e mandamos para a Amazônia, nós já removemos grandes empresas, grandes espaços físicos –, tudo anda com uma celeridade muito grande.

Eu quero dizer a V.Exa., Sra. Presidente, que esse meu projeto é de 2013. Desde 2013 ele se arrasta. Contudo, os projetos de interesse de grandes grupos econômicos andam aqui a toque de caixa, ninguém atrapalha. Eu só pergunto o seguinte: a quem pode prejudicar um transporte coletivo de três, quatro quilômetros? Eu quero manter a defesa desse projeto por achar que é um projeto socialmente correto e, economicamente, só ajuda, não prejudica ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, eu quero dizer que o projeto é extremamente meritório no que tange à criação dessa nova modalidade, mas eu gostaria só de fazer uma ponderação. Hoje, no Distrito Federal, a praça dos taxistas é totalmente diferente da de qualquer cidade do País. Diferentemente daquilo que o Deputado Agaciel Maia falou, existem, sim, algumas cidades – como exemplo, quero usar a região do Gama – onde os taxistas atendem os pequenos trajetos e, principalmente, atendem a pessoas idosas, crianças que são levadas, muitas vezes, ao colégio com esse serviço. Assim também é no Guará, como inclusive é citado no projeto do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

Deputado Agaciel Maia, no art. 1º, que cria rotas nas cidades-satélites e proíbe o táxi comunitário somente de agir aqui no Plano Piloto.

Eu quero lembrar que, da mesma forma que a população mais carente precisa de transporte, os taxistas, principalmente os motoristas auxiliares, Deputado Agaciel Maia, também são pais de família e são pessoas que ganham seu pão atrás do volante. Esses são os maiores prejudicados por essa proliferação de quantidade de licenças, até mesmo de quantidade de modalidade de transporte individual. São esses os maiores prejudicados, não o dono ou o permissionário que não fica atrás do banco do motorista para dirigir e ter seu ganha-pão. Deputado Ricardo Vale sabe disso, pois seu pai foi taxista. Ele criou seus filhos atrás de um banco de táxi.

Há dificuldade, muitas vezes, Deputado Wasny de Roure, em um taxista pegar uma corrida de cinco ou seis reais aqui em Brasília, até mesmo porque a cultura que nós temos é a do transporte individual nesta cidade e em todas essas cidades aqui no Distrito Federal, como Itapoã, Paranoá, Brazlândia. As pessoas ali detêm carros particulares.

Eu acredito, sim, que esse debate é fantástico porque nós precisamos fortalecer a questão da mobilidade aqui no Distrito Federal. Cidades como Itapoã, Brazlândia e Planaltina são cidades que estão à mercê do transporte público do DF. O transporte público, nessas cidades, não funciona.

Quero deixar aqui a minha abstenção referente a esse projeto. Ele é meritório, sim, mas acredito que, no momento – pelo que estamos vivendo, uma crise e, inclusive, com esse embate com os taxistas – nós poderíamos trabalhar melhor esse debate. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, se eu trabalhar o projeto do táxi comunitário, por que não trabalhar o projeto do carro comunitário? Porque nós sabemos que há táxis e táxis. Há táxi que é alugado para aquele trabalhador que é motorista, a pessoa é funcionária pública, está no seu local de trabalho, mas tem a placa do carro. Há uma rede de táxi que não é apenas um táxi, é rede de táxi. Então, se a gente aprofundar essa discussão, eu acho que é melhor cada um carregar quem conseguir no ponto de ônibus. Acho que aí favorece o pobre mesmo.

Quem tem um único carro, o carro é pequeno, aí nós vamos fazer uma política de incremento de renda para o pobre por meio do transporte. Eu não tenho a menor dificuldade para fazer essa discussão. Mas, vamos parar de conversa de querer criar política de transporte coletivo no Distrito Federal e discutir subsídio. Porque, se queremos criar uma política de geração de renda no sistema de táxi, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

posso fazer uma emenda que delegue a todo proprietário que tem um único veículo fazer transporte na cidade.

Como é que fica o sistema de transporte em Brasília? Ora, nós precisamos ter claro que hoje nós temos, inclusive, rede de táxis, sendo que o cara sequer sabe dirigir. Então, vamos com calma porque tem muito dente de coelho nessa história.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O parecer ao Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça com a presença de 19 Deputados. Houve 1 voto contrário e 6 abstenções.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Wasny de Roure e 3 abstenções.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em substituição ao item nº 169, que solicitei que fosse retirado de pauta, quero substituí-lo pelo Projeto de Lei nº 414, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Rafael Prudente.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.795, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão, que “assegura o acesso dos Profissionais de Educação Física, *Personal Trainer*, às academias de Ginástica do Distrito Federal, para acompanhamento de seus clientes e dá outras providências”.

(Assume a presidência Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Designo o Deputado Juarezão para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Juarezão, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre as emendas apresentadas ao Projeto nº 1.795, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 1.795, de 2014,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

de autoria da Deputada Celina Leão, que “assegura o acesso dos Profissionais de Educação Física, *Personal Trainer*, às academias de Ginástica do Distrito Federal, para acompanhamento de seus clientes e dá outras providências”.

Por todo o exposto, pela importância da matéria, manifesto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.795, de 2014, no âmbito desta comissão, acatando as emendas na forma do Substitutivo nº 11.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da CDC. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, trata-se do parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.795, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão, que “assegura o acesso dos Profissionais de Educação Física, *Personal Trainer*, às academias de Ginástica do Distrito Federal, para acompanhamento de seus clientes e dá outras providências”.

O parecer é pela admissibilidade do Substitutivo ao Projeto de Lei 1.795, de 2014. O Substitutivo é de nº 11, de 2015.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 172:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 687, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “altera a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária no Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, uma audiência pública está marcada para as 19 horas. Se possível, poderíamos agilizar. Já tem um pessoal esperando no *foyer*.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, vamos votar esse projeto do Deputado Julio Cesar e mais três.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há dois projetos da Deputada Telma Rufino; o do Deputado Lira e o meu.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, dois projetos de minha autoria que estão aqui para serem votados não passaram em nenhuma comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Amanhã, sobre os projetos do Parlamentares que não forem votados hoje – por respeito à audiência pública do Deputado Cristiano Araújo e do Deputado Robério Negreiros, pois os convidados estão do lado de fora –, o que eu vou fazer? Vou votar mais dois projetos hoje. Solicito aos Parlamentares que cheguem no horário amanhã. Nós vamos fazer a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

mesma dinâmica de votação de projetos de Parlamentares que estiverem no plenário, para agilizarmos a votação.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, peço que se analise a possibilidade de colocar os meus dois projetos em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputada.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre o Projeto de Lei nº 687/15, item nº 172 da pauta.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como não passou em nenhuma comissão, peço que o projeto seja retirado e votado amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Lira.

Vamos votar um projeto de cada um dos que estão aqui: um do Deputado Julio Cesar e um da Deputada Telma Rufino.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 680, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu pareceres. A Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Lira para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, Deputado Lira, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o próximo projeto de minha autoria que será votado já passou pela Comissão de Assuntos Sociais. Teria como votá-lo hoje?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito ao relator, Deputado Lira, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CAF ao Projeto de Lei nº 680, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão Assuntos Fundiários – CAF analisar e emitir parecer sobre o mérito de proposições que versem sobre direito urbanístico.

A proposição altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal que, em sua redação original, demonstra em seus artigos 163, 164 e 165 a falta de um contraditório mínimo, obrigando a administração ao ato demolitório imediato. Não significa, no entanto, que a tais ocupantes não se deva garantir um contraditório, ainda que de espectro reduzido, quando da necessária, porém dramática fase de recuperação de áreas muitas vezes ocupadas há décadas por uma mesma família. A demolição sumária de residências sem a devida entrega de intimação demolitória e abertura de prazo razoável para defesa no âmbito administrativo é, na maioria das vezes, o comprometimento do único bem da família e ao mesmo tempo a supressão de prazo hábil para qualquer tipo de planejamento ou realocação. Ressalta-se também a existência de inúmeros casos de ocupação histórica, tolerada pelo Estado há vários anos.

Para evitar a demolição sumária, deve haver processo intermediário que permita a apresentação de contraditório prévio e amplo, com as devidas razões e com a possibilidade de propostas de ajustes no projeto arquitetônico ou na configuração da ocupação. A alteração do Código de Obras se faz necessária para possibilitar ao particular o atendimento ao devido processo legal, conforme disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 680, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito aos Srs. Deputados que queiram trocar algum projeto, que os insiram amanhã pela manhã, para que os outros Deputados tenham acesso ao conteúdo do projeto com tempo. As assessorias dos Parlamentares que queiram modificar algum projeto, façam isso ainda hoje, ou no máximo amanhã pela manhã, para dar tempo de inserir na ordem do dia e os Deputados olharem os projetos dos colegas, para não gerar polêmicas. Solicito essa gentileza aos colegas, para não inserirem projetos de última hora.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer da CCJ sobre a matéria.

Solicito ao relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de parabenizar a autora do projeto, a Deputada Telma Rufino, que propõe uma alteração no Código de Edificações do Distrito Federal para que as pessoas em que o Estado permitiu ao longo dos anos a ocupação, por mais que seja uma área em conflito com relação a questão de área pública ou não, para que, em respeito ao princípio da ampla defesa e, principalmente, ao do contraditório, ambos da nossa Constituição Federal, para que elas possam ter o direito de serem notificadas antes de qualquer tipo de ação de maneira despropositada, porque, depois que se derruba, não tem mais como voltar atrás.

Gostaria de parabenizá-la pela responsabilidade, sabendo que V.Exa. tem uma assessoria muito proficiente na Comissão de Assuntos Fundiários.

Como não há nenhuma afronta à Lei Orgânica do Distrito Federal e tampouco à Constituição Federal e às normas desta Casa, o meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 2 abstenções.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 2 abstenções.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 284, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitativas e degenerativas e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CESC, a CAS e a CCJ deverão se manifestar.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, designo o Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 284, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitativas e degenerativas e dá outras providências”.

Diante do exposto, em face da razão acima aduzida, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 284, de 2015, no âmbito desta comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 284, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitativas e degenerativas e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela admissibilidade do referido projeto. É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 284, de 2015, que “dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitativas e degenerativas e dá outras providências”.

Como não há nenhuma afronta à Lei Orgânica do Distrito Federal e à Constituição Federal, o meu voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 284, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 284, de 2015, em 1º turno. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 178:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 143, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “define política para oferta de vagas para o primeiro emprego no âmbito do Distrito Federal”.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu faço um apelo novamente porque já tem uma hora que as pessoas estão esperando. É lógico que todos têm direito à votação de alguns projetos. Que dê a prioridade amanhã para quem não tenha projetos votados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu queria só pedir a votação do projeto da Deputada Liliane Roriz e o do Deputado Chico Vigilante, que sempre tem nos ajudado. São apenas esses dois projetos, Sra. Presidente, até para prestigiar o nosso Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Logo após a votação desses dois, encerraremos a votação. Amanhã vamos continuar com os Deputados que não tiveram os seus projetos votados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 143, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “define política para oferta de vagas para o primeiro emprego no âmbito do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o meu voto é pela admissibilidade do presente projeto, acatando também a Emenda Aditiva nº 01, de 2015, da CAS.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer ao projeto e à emenda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e a emenda estão aprovados com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 143, de 2015, em 1º turno. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 180:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui a política de disponibilização de recursos educacionais comprados ou desenvolvidos por subvenção da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.832, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui a política de disponibilização de recursos educacionais comprados ou desenvolvidos por subvenção da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal”.

O projeto foi aprovado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais sem emendas. Não havendo afronta à Lei Orgânica do Distrito Federal e a Constituição Federal, o meu voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.832, de 2014.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 11 2015	15h35min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto em 1º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta, para discussão dos seguintes itens: Projeto de Lei nº 727, de 2015; Projeto de Lei nº 728, de 2015; e Projeto de Lei nº 675, de 2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h50min.)